



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 1/2019
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 27-02-2019**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 1 da Sessão Ordinária de 27-02-2019

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -27 de fevereiro de 2019-----

INICIO - Quinze horas e vinte minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto.....PS

2ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

MEMBROS - Maria Margarida de Oliveira Monteiro FontouraPSD

João Raul Henriques Sousa Moura PortugalPS

Manuel António Fernandes DominguesPSD

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Paulo Jorge Martinho PintoPSD

José Fernando Guedes CorreiaPS

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Maria Adelaide Gaspar GonçalvesCDU

Maria Isabel Gaspar Ferreira de SousaPSD

Luis Manuel Mendes RibeiroPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

Christopher Joseph Maia OliveiraBE

Andreia Manuela Dias dos Santos GarciaPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

António Simões de JesusPS

Adelaide Sofia Ferreira Carraco dos ReisPS

Leila Maria Fidalgo FerreiraPSD

Victor Manuel dos Santos MadalenoPS

Libânia Ribeiro PiresCDU

Fausto Fernando Santos LoureiroPS

Pedro Fernando Teixeira Alves MacedoPSD

Maria Bebiana Rafael Sampaio MarquesPS

Tiago Patrício Cadima JorgePSD

José Augusto Fernandes MateusPS

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira OliveiraPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataINDEPENDENTE



(Buarcos e São Julião)	José Manuel Matias Tavares	PS
(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro	PS
(Lavos)	Maria Lucília dos Santos Pedrosa Marinho da Cunha	PS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto Ferreira	PS
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues Nada	PS
(Moinhos da Gândara)	Célia Catarina Querido Oliveira	PSD
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto	PS
(Quiaios)	Maria Fernanda Marques Lorigo	PS
(São Pedro)	António Manuel dos Santos Salgueiro	PS
(Tavarede)	Fernando António Martins Lopes	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Mário João Menezes Paiva por José Augusto Fernandes Mateus, Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz por Libânia Ribeiro Pires.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Mário João Menezes Paiva e Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco à votação a aprovação da ata da sessão de 14 de dezembro de 2018."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes o membro do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro, deliberou, por maioria, com trinta e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, duas abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto e da Coligação Democrática Unitária Libânia Ribeiro Pires, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2018.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

PAULO MARTINHO PINTO apresentou a seguinte declaração de voto: "A minha abstenção deve-se ao facto de não ter estado presente na sessão da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2018."-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES apresentou a seguinte declaração de voto: "Não estive



presente na sessão da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2018, por isso me abstive de votar a ata da mesma.”-----

1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

SEGUNDO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

- Convites de diversas coletividades para os respetivos aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar.-----

- Convites do Presidente da Câmara para o(a):-----

• Espetáculo "Sociedade Filarmónica Paionense com João Paulo Rodrigues-----

• Diálogos ComSentidos subordinado ao tema «O Mistério e a Fé»-----

• Cerimónia de assinatura do Contrato Interadministrativo entre a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Câmara Municipal da Figueira da Foz, relativo ao projeto de execução ARU do Cabedelo- 2ª fase- Proteção e Reabilitação Costeira e Dunar-----

• Recital de Ano Novo pelo Coral David Sousa-----

• Inauguração da "Loja 33 - Mercado de Ideias", Espaço Coworking-----

• Diálogos ComSentidos subordinado ao tema «A Meditação»-----

• Espetáculo «Os Vizinhos de Cima»-----

• Tertúlias «Pontos e Vírgulas...» com António Pedro Pita a falar sobre João Gaspar Simões-----

• «5as de Leitura» com Boaventura de Sousa Santos-----

• Espetáculo «Orquestra Clássica do Centro convida...»-----

• Espetáculo da Banda de Santana com André Sardet-----

• Inauguração das obras de Requalificação e Beneficiação da Rua Voz da Justiça--

• Lançamento de obras sobre Silvio Lima da autoria do Dr. Paulo Archer de Carvalho-----

• Diálogos ComSentidos subordinado ao tema «Os jovens e a comunicação»

• Forum Municipal de Cidadania e Igualdade-----

• Espetáculo «Pedro Abrunhosa & Comité Caviar - Espiritual»-----

• Lançamento do livro «Homens de Pó» de António Tavares-----

• «5as de Leitura» com Afonso Reis Cabral-----

• Assinatura de um Protocolo de Colaboração entre o Município da Figueira da Foz e a APPACDM da Figueira da Foz, para o desenvolvimento do Projeto de Prevenção do Insucesso Escolar-----

• Espetáculo "Zé Manel Taxista - Uma comédia com brilhantina, com Maria Rueff"--



- Cerimónia de abertura da 24.ª edição do POM'19 - «Portugal «O» Meeting 2019»--
- Convites conjuntos de:-----
- Sociedade de Instrução e Recreio de Lares, Grupo de Instrução Musical da Fontela e o Grupo Recreativo Vilaverdense, para o evento «Sons de Natal Coletivos»-----
- Rede Artéria, Município da Figueira da Foz e Junta de Freguesia de Moinhos da Gândara para o evento «Borrvalho – Festival de Inverno para Pequenas Peças à Beira do Fogo»-----
- Convites de:-----
- Smart Cities|FICIS 2019 - Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis-----
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz para as comemorações do seu 136.º Aniversário-----
- Junta de Freguesia de Alqueidão para a iniciativa «Mercado de Natal»-----
- Programa Municipal de Integração dos Imigrantes para o Ciclo «O Cinema e as Migrações e Minorias Étnicas»-----
- Junta de Freguesia de Alqueidão para o Concerto de Reis na Igreja Paroquial---
- Junta de Freguesia de Alqueidão para a inauguração de uma sala e almoço-----
- Incubadora do Mar & Indústria da Figueira da Foz para as comemorações do seu 3.º aniversário-----
- Magenta para a exposição de pintura «Perspetivas V»-----
- Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz para participação no Roadmap para a Economia do Mar e TICE-----
- Magenta para a inauguração da exposição coletiva intitulada «Fado Pintado» na Associação EmCantos-----
- Magenta para exposição de pintura de Elvira Abrantes-----
- Inauguração do restaurante Bistronome na Figueira da Foz-----
- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para a exposição de pintura comemorativa do seu 9.º aniversário-----
- Comissão de Festas da Nossa Senhora da Boa Viagem 2019 para as festividades em honra de Nossa Senhora da Boa Viagem-----
- Magenta para a inauguração da exposição de pintura de Conceição Mendes-----
- Sociedade Filarmónica Paionense para o evento «Acontecer Fado Aqui!»-----
- Programa Municipal Figueira Cidade Saudável para a Sessão de apresentação do Projeto Noite Saudável das Cidades-----



- Deputada municipal Silvina Anadio Queiroz para a apresentação do livro «Forte de Peniche, Memória, Resistência e Luta»-----
- Clube Ornitófilo da Figueira da Foz para o convívio de entrega de prémios da 21ª Expoaves-----
- Sociedade Filarmónica Paionense para o XVII Encontro de Orquestras-----
- Iniciativas parlamentares, entretanto enviadas aos deputados municipais:-----
- Projeto de Resolução que recomenda ao Governo o Alargamento do âmbito de aplicação da cobertura do seguro escolar às deslocações em bicicleta, apresentado pelos deputados do Grupo Parlamentar "Os Verdes" na Assembleia da República-----
- Resposta do Ministério do Ambiente e da Transição Energética à pergunta que lhe foi dirigida pelos deputados do Grupo Parlamentar "Os Verdes", sobre descargas de águas residuais pela ETAR de Maiorca, aparentemente sem tratamento-
- Pergunta/resposta dirigida ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, sobre a «Supressão de comboios de longo curso, com especial prejuízo da Região Centro e da Cidade de Coimbra»-----
- Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que considere a abolição das portagens na A25 - Autoestrada das Beira Alta e Litoral, apresentado pelos deputados do Grupo Parlamentar «Os Verdes» na Assembleia da República-----
- Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que inicie o processo de reversão da privatização dos CTT - Correios de Portugal, por forma a que a sua gestão regresse à esfera do Estado, apresentado pelos deputados do Grupo Parlamentar «Os Verdes» na Assembleia da República-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Não havendo cidadãos inscritos para usar da palavra junto deste órgão deliberativo, passaremos de imediato aos assuntos gerais de interesse para o Município."-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO SOBRE MOBILIDADE E TRANSPORTES

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Todos os dados conhecidos indicam que no país o transporte público coletivo não tem sido disponibilizado a milhares de pessoas que necessitam de se deslocar e os preços das viagens, em anteriores governos,



tornaram-se inacessíveis aos interessados. As deslocações entre diferentes locais têm vindo a ser efetuadas, maioritariamente, através da utilização individual do automóvel.-----

O congestionamento nas deslocações, a emissão de gases de efeito de estufa e de outros poluentes, o ruído, o gasto de energia e a exclusão social impõem novas políticas públicas para diminuir o uso excessivo do automóvel, para promoção da coesão territorial, para mitigar as alterações climáticas e para a atracção de um maior número de passageiros para os transportes públicos.-----

Neste sentido, no Orçamento do Estado para 2019 foi criado um Programa de Apoio à Redução Tarifária no conjunto do país, com uma dotação global de 104 milhões de euros.-----

A aplicação daquela verba será decidida pelas Autoridades de Transporte das Áreas Metropolitanas (AM) e das Comunidades Intermunicipais (CIM), sendo que, pelo menos 60% do montante atribuído, deve ser utilizado para a redução dos preços dos passes, criação de passes familiares ou transporte gratuito para menores em idade escolar, reformados e cidadãos seniores. A verba restante poderá ser utilizada para o aumento e melhoria da oferta e dos acessos à rede de transportes coletivos.-----

Nas Comunidades Intermunicipais (CIM) o custo dos transportes deverá ser fixado pelas respetivas Autoridades de Transporte até o próximo dia 01 de abril. A importância das medidas a tomar em matéria de mobilidade, impõe a cada município ter um conhecimento aprofundado da situação, para serem encontradas as melhores respostas, tendo em conta, por exemplo, a densidade territorial, os destinos das deslocações e os modos de transporte mais adequados.-----

Assim, a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida em Sessão Ordinária neste dia de 27 de Fevereiro de 2019, desejando contribuir para a promoção e implementação de novas políticas no domínio dos transportes, sob proposta da bancada do Bloco de Esquerda, Recomendará ao Executivo Camarário que:-----

- Desenvolva os procedimentos necessários para a programação de políticas de mobilidade assentes na redução das tarifas e na utilização e melhoria do transporte coletivo de passageiros nos seus diversos modos, assegurando, assim, a qualidade dos transportes públicos e uma mobilidade ao serviço das populações."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Dentro da verba de 104 milhões de euros que a Comunidade



Intermunicipal da Região de Coimbra dispõe, iremos proceder a um rateio por toda a região, tendo em consideração os pendulares e os níveis de transporte entre a Figueira da Foz e as áreas confinantes.-----

Iremos pugnar para que o passe também tenha uma diminuição numa situação de pernilagem. É um acordo a ser feito e está tudo a ser preparado.-----

No âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra existe um quadro técnico para o efeito, e vão-se adaptar as políticas de financiamento aos transportes escolares para criar novas carreiras e assim ter uma solução verdadeiramente municipal.-----

Também mais uma vantagem das políticas de descentralização ao transferir as responsabilidades políticas do Instituto da Mobilidade e dos Transportes para as Comunidades Intermunicipais, permitindo assim que as populações estabeleçam as suas linhas de transporte de uma forma articulada e intermunicipal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Também gostaria de deixar aqui uma nota sobre os transportes ferroviários. Como o Presidente da Câmara sabe, tem havido muitas perturbações na linha Figueira/Coimbra, no suburbano da Figueira da Foz.-----

A título de exemplo, segunda-feira, o comboio que serve maior parte das pessoas e chega pelas 08,20 horas a Coimbra só chegou eram 09,30 horas. Na terça-feira voltou a repetir-se este atraso.-----

No fundo, a Coligação Democrática Unitária pensa que o Município tem de ter uma preocupação relativamente às pessoas que utilizam estes comboios, e são muitas, e em relação à prestação deste serviço de transporte.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Estamos atentos, assim como estivemos no passado, quanto à questão da fixação de um horário ágil e que se cumpra entre a Figueira da Foz e Coimbra. Agradeço todos os contributos que possam dar, os quais serão também veiculados através da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, até porque necessariamente aproveita aos dois Municípios e também à população de Montemor-o-Velho e Soure.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de recomendação subscrita pelo Bloco de Esquerda, no sentido de a Câmara Municipal desenvolver os procedimentos necessários para a programação de políticas de



mobilidade assentes na redução das tarifas e na utilização e melhoria do transporte coletivo de passageiros nos seus diversos modos, assegurando, assim, a qualidade dos transportes públicos e uma mobilidade ao serviço das populações.

Deliberação aprovada em minuta.-----

B - VOTOS DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ SEQUEIRA COSTA - VOTAÇÃO PARA ACEITAÇÃO DA SUA INCLUSÃO NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Foram entregues hoje à Mesa, pelo Partido Socialista e Coligação Democrática Unitária, dois Votos de Pesar pelo falecimento de José Sequeira Costa. Nos termos do n.º 2 do art.º 18.º do Regimento deste órgão deliberativo, colocarei à votação do plenário a sua admissão neste período da Ordem de Trabalhos. Se a sua admissão for aceite poder-se-iam debater as duas em simultâneo por dizerem respeito à mesma pessoa."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Propunha que cada um dos Votos de Pesar fosse analisado separadamente, porque há uma referência num deles com a qual o grupo municipal do Partido Social Democrata não concorda."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Em primeiro lugar deverá ser colocada a votação a admissão destes Votos de Pesar, porquanto regimentalmente foram apresentadas fora do prazo. Depois, poder-se-ia colocar a questão da sua análise conjunta."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, admitir a inclusão dos dois Votos de Pesar pelo falecimento de José Sequeira Costa, apresentados pelo Partido Socialista e Coligação Democrática Unitária, no Período de Antes da Ordem do Dia, considerando a oportunidade dos mesmos.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Os votos de pesar pretendem honrar a memória de alguém que já não está connosco, por isso, devem ser redigidos de forma a salvaguardar as características, sobretudo as positivas, da pessoa a honrar através desse voto."-----

O grupo municipal do Partido Social Democrata considera de extremo mau gosto as constantes referências político-partidárias, absolutamente descabidas e sem sentido, contidas na proposta da Coligação Democrática Unitária, daí não



concordar com a mesma.-----
Todavia, este grupo municipal acompanhará a proposta de Voto de Pesar do Partido Socialista.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Não me parece que o texto da proposta da Coligação Democrática Unitária falte à verdade. Os factos aconteceram. Vamos lá comparar, por exemplo, eu agora apresento uma moção de pesar pelos mortos do Holocausto. Não vou dizer que essas pessoas morreram sabe-se lá porquê... É capaz de ser uma comparação forte.-----

Mas é ou não verdade que a organização do festival de Música da Figueira da Foz cessou por opção do executivo municipal liderado por Santana Lopes? É verdade!-- Mas, todos são livres de votar conforme queiram. A Aliança não tem assento neste órgão deliberativo, porém, merece-me tanto respeito como qualquer uma das forças políticas aqui representadas. Sublinho que a Coligação Democrática Unitária não costuma dizer as coisas apenas quando as pessoas se vão embora ou não estão presentes.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “Para o grupo municipal do Partido Socialista estes Votos de Pesar prestando condolências a pessoas, enfim, tão ilustres e reconhecidas mundialmente e também na Figueira da Foz, poderiam ser subscritos conjuntamente por todos os grupos municipais.-----

Muito embora este tenha sido da iniciativa do Partido Socialista, a Coligação Democrática Unitária também apresentou um Voto de Pesar e o grupo municipal do Partido Social Democrata manifestou a sua discordância em relação ao seu texto. Assim sendo, do meu ponto de vista não sei se será possível fundir os dois Votos num só.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Tal como já referi anteriormente, o grupo municipal do Partido Social Democrata acompanha o texto do Voto de Pesar do Partido Socialista, porém, não pode acompanhar o texto do Voto de Pesar da Coligação Democrática Unitária, por dele discordar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Não sinto necessidade de esta assembleia estar a



perder 5 minutos por causa deste Voto de Pesar, o qual será certamente acompanhado de um minuto de silêncio por todos.-----

Se a proposta não for aprovada por unanimidade, a Coligação Democrática Unitária não ficará angustiada. Portanto, não vejo necessidade de suspender os trabalhos desta Assembleia Municipal por cinco minutos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Deverão ser colocados a votação os dois Votos de Pesar pois os seus textos são diferentes. Há um partido que não altera o seu texto, está no seu direito, pelo que não vejo outra alternativa senão votá-los separadamente.--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: “Se não há um acordo entre o grupo municipal do Partido Social Democrata quanto ao teor do texto do Voto de Pesar da Coligação Democrática Unitária, e tal inviabiliza a fusão num só dos dois Votos de Pesar, eu votarei favoravelmente os dois Votos de Pesar de per si.”-----

C - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ SEQUEIRA COSTA APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “José Sequeira Costa morreu na passada quinta-feira, dia 21 de fevereiro, aos 89 anos.-----

Ao nível da música clássica foi um dos mais importantes pianistas de sempre, uma das grandes figuras de referência do século XX e ainda do século XXI.-----

Quer como músico, quer como pedagogo, quer como organizador de festivais de música clássica, em que foi diretor artístico, deixou um inegável legado cultural.-----

Pedro Burmester, João Bettencourt da Câmara e Artur Pizarro contam-se entre os seus alunos.-----

Distinguido em 2004 com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique pelo então Presidente da República, Jorge Sampaio, Sequeira Costa foi um dos nomes mais significativos das artes do século XX.-----

O Governo Português apontou-o como «uma referência internacional e parte de uma brilhante linhagem de pianistas», segundo nota de pesar divulgada pelo gabinete da Ministra da Cultura.-----

Para o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, Sequeira Costa «será lembrado certamente como um dos maiores pianistas clássicos de Portugal».-----



Muito honrou a Figueira da Foz ter o Maestro Sequeira Costa como diretor do seu Festival de Música durante a década de 90, tendo-lhe emprestado o seu prestígio e mestria na organização de programas de nível internacional.-----

É, pois, de elementar justiça que a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, aprove o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Pianista e Maestro José Sequeira Costa, o qual deverá ser transmitido à família. Pedia ainda que fosse cumprido um minuto de silêncio.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Para dizer que o executivo, e falo em nome de todos, acompanhou o Voto de Pesar pelo falecimento de José Sequeira Costa. Não se levou a reunião de Câmara por não ter havido entretanto nenhuma reunião do órgão executivo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta do grupo municipal do Partido Socialista, cumpriu um minuto de silêncio, e deliberou, por unanimidade, exarar em ata um Voto de Pesar pelo falecimento de José Sequeira Costa, e apresentar condolências à família enlutada.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

D - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ SEQUEIRA COSTA APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal **Libânia Ribeiro Pires.**-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES: “A Coligação Democrática Unitária propõe a esta Assembleia Municipal um minuto de silêncio em homenagem e manifestação de pesar perante o desaparecimento do insigne pianista Sequeira Costa, recentemente falecido nos Estados Unidos da América, onde viveu e lecionou na Universidade do Kansas, tendo percorrido todo o Mundo, maravilhando os seus ouvintes.-----

Foi um dos vultos mais brilhantes da cultura portuguesa do século XX, tendo encantado o Mundo com a sua extraordinária mestria. A Figueira da Foz pôde usufruir do seu enorme talento, durante vários Verões seguidos, em que o próprio Sequeira Costa organizou o Festival de Música da Figueira da Foz, tendo cessado essa importante atividade por opção do Executivo Camarário, liderado por Santana Lopes. Aqui desenvolveu várias Master Classes que trouxeram à Cidade muitos jovens e menos jovens, procurando a direção do ilustre Mestre, que a cultura do



País nunca poderá esquecer. Curvámo-nos perante a sua memória.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro, sob proposta do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, cumpriu um minuto de silêncio, e deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Partido Social Democrata Maria Margarida Fontoura, e dez votos contra do membro do Partido Socialista José Fernando Correia, e dos restantes membros do Partido Social Democrata, exarar em ata um Voto de Pesar pelo falecimento de José Sequeira Costa, e apresentar condolências à família enlutada.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: “Obviamente, estamos a prestar condolências a uma pessoa que muito contribuiu para a cultura de Portugal e para que a mesma fosse conhecida internacionalmente.-----

Não está em causa a pessoa. Está em causa a redação do Voto de Pesar.-----

Já agora, pedagogicamente, penso que de futuro devia ser salvaguardado este tipo de situação para não se voltar a repetir este diálogo profundamente desagradável para a pessoa que faleceu e para a respetiva família.”-----

JOSÉ FERNANDO CORREIA apresentou a seguinte declaração de voto: “ Quero deixar registado em ATA o seguinte:-----

Na minha visão das coisas, discutível e discutida, os Votos de Pesar pela morte de alguém servem única e exclusivamente para valorizar e enfatizar as virtudes do falecido. Não devem servir, do meu ponto de vista e posso estar enganado, para nenhuma espécie de ajuste de contas político.-----

E comparações com coisas outras não fazem sentido no caso de um artista.-----

Portanto, eu não pude deixar em consciência votar contra a redação deste Voto de Pesar da Coligação Democrática Unitária.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Tiago Cadima Jorge.-----

TIAGO CADIMA JORGE: “De acordo com o último Voto de Pesar que aqui foi aprovado, foi proposto e aceite que se fizesse um minuto de silêncio, e ele não foi cumprido. Não sei se o Presidente da Assembleia Municipal o vai fazer no final deste Período de Antes da Ordem do Dia? Ou foi esquecimento?”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Cumpri-lo-emos já agora no final deste ponto. Obrigado deputado municipal Tiago Cadima Jorge."-----

E - TEMPESTADE LESLIE - BALANÇO DA RESPOSTA DO MUNICÍPIO À CATÁSTROFE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Uma das maiores catástrofes que atingiu o nosso Concelho, mereceu-me uma reflexão sucinta sobre os acontecimentos e uma conclusão. Apesar desta pequena reflexão cuja problemática foi muito mais vasta e mais complicada (como é do conhecimento de todos) do que estas simples linhas que escrevi, não quis deixar de o fazer agora que já passaram cerca de quatro meses e meio sobre este nefasto acontecimento."-----

A Tempestade Leslie que ocorreu a 13 de outubro de 2018, causou como todos sabem, danos avultados um pouco por todo o lado. O executivo desta Câmara foi extraordinário na resposta pronta que deu, na dinâmica que imprimiu acudindo imediatamente a todos os pedidos de socorro que chegavam de todos os lados. Pondo mãos à obra e tentando por todos os meios acudir aonde era mais premente a sua ajuda."-----

Havia movimentações no terreno de todas as forças disponíveis para ver «in loco» tudo aquilo que era mais necessário e urgente."-----

Para além de outros, foram atingidos: Jardins de Infância, Escolas do Ensino Básico e do Ensino Secundário, casas de habitação, Hospital, Centros de Saúde, Coletividades, vias públicas, caminhos, a Serra da Boa Viagem, etc., etc. A desolação era visível um pouco por todo o lado e era imensa. Valeu a coragem, o poder de decisão e a dinâmica que foram, imediatamente colocados, ao serviço de todo o Concelho."-----

Uma das grandes preocupações foi desobstruir estradas e caminhos, socorrer famílias sem posses e por isso mesmo, sem seguros, que tinham as suas casas destruídas onde entrava chuva e vento. Portanto, sem condições algumas de habitabilidade."-----

Cuidar dos danos no Hospital e Centros de Saúde bem como nas Escolas e Jardins de Infância."-----

Foi assim que ao segundo dia do ano letivo pós Leslie já tínhamos algumas escolas a funcionar, as vias principais transitáveis. A preocupação com o restabelecimento da água e da energia bem como das telecomunicações foram outra das grandes metas."-----

Balanço final:-----



O facto de a Câmara ter feito o saneamento das contas como fez, permitiu criar condições para acudir rapidamente a todas as situações complicadas que enfrentou como fez o que, de outro modo, teria sido completamente impossível.-----

Com respeito às Coletividades do Concelho o levantamento dos prejuízos estão completamente feitos e rondam os 800 mil euros. Logo que existam indicações superiores para que se avance, a Câmara avançará de imediato.-----

Outro grande problema com que se depararam e continuam ainda a deparar-se é com falta de mão de obra e falta de material. Ainda hoje escasseia material para todas as necessidades. Mas isso ultrapassa, completamente, este executivo. Será de lamentar que tantas empresas e pequenas empresas tenham encerrado durante a governação do Governo anterior. Daí a escassez de mão de obra e de materiais.---

Para concluir:-----

Até este momento a Câmara despendeu mais de dois milhões de euros.-----

Os prejuízos totais ascendem a cerca de 38 milhões de euros o que permite a todos nós ter a noção da dimensão da catástrofe.-----

Hoje podemos dizer com orgulho que tivemos uma Câmara à altura dos acontecimentos. Um Presidente e um executivo que não olharam a esforços quer em meios humanos quer no facto de ter avançado com as verbas necessárias para os casos mais desesperados. Isso fez com que não tivessem ficado à espera do levantamento de prejuízos para as respetivas ajudas estatais, que atrasariam todo o processo de ajuda e trabalho, que tinha urgentemente que ser feito, para acudir a todas as necessidades gritantes, que surgiam de todos os lados. É evidente que essa ajuda chegará como é de lei mas, para já, constata-se que a resposta foi urgente, como urgente era o socorro que tinha que ser prestado e foi prestado com grande competência."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - PORTUGAL "O" MEETING (POM 2019) - PARCERIA ENTRE A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DO MONDEGO-ORI MONDEGO E O MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Augusto Mateus.-----

JOSÉ AUGUSTO MATEUS: "Entre os dias 01 e 05 de março a Figueira da Foz, numa parceria do Município com a Associação Desportiva do Mondego-Ori Mondego, receberá mais um evento internacional de grande dimensão, a 24ª edição do Portugal «O» Meeting.-----

Tem a cerimónia de abertura marcada para o dia 01 de março, pelas 13,30 horas,



na Esplanada Silva Guimarães, e contará com um espetáculo da equipa de paraquedismo do exército português. Os Falcões Negros irão saltar com a maior bandeira portuguesa.-----

O Portugal «O» Meeting 2019 é o maior evento de orientação pedestre em Portugal e um dos mais importantes a nível mundial, que se realiza anualmente no nosso país desde 1996. Nesta edição já conta com mais de 2.600 inscritos dos quais 1.800 são estrangeiros de 31 nacionalidades. Irão participar os três melhores atletas do mundo desta modalidade.-----

Para além de ser um evento desportivo também promove o turismo de elevada qualidade. Estes praticantes lotaram a hotelaria e voltarão também mais vezes para treinarem e visitarem o Concelho.-----

Os praticantes de orientação, a maior parte oriundos de países do Norte da Europa, têm desde a mais tenra idade até aos 90 anos, sendo um largo conjunto de famílias de que a Figueira beneficia agora e beneficiará no futuro.-----

É com orgulho que mais uma vez vejo a Figueira da Foz a ser escolhida para estes grandes eventos, tal significando que se estão a colher os frutos da estratégia do Município na promoção do Concelho dentro e além fronteiras. São cada vez mais reconhecidas a suas condições naturais, a qualidade da hospitalidade e a atratividade para a prática do desporto.-----

É igualmente inegável a capacidade logística e organizativa dos serviços da Câmara Municipal e das entidades privadas, neste caso Associação Desportiva do Mondego-Ori Mondego, que tem atraído cada vez mais praticantes e turistas desta modalidade à Figueira da Foz."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - OITAVOS DE FINAL DA TAÇA DA ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE COIMBRA 2018/2019 - JOGO ENTRE AS EQUIPAS DA COVA GALA E DA NAVAL 1983

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Augusto Mateus.-----

JOSÉ AUGUSTO MATEUS: "Aproveito também para salientar a excelente participação cívica dos adeptos do Cova Gala e da Naval 1893 que, no dia 17 de Fevereiro último, deram ao país um grande exemplo de fair-play no jogo dos Oitavos de Final da Taça da Associação de Futebol de Coimbra 2018/2019 considerado de alto risco."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - MOÇÃO SOBRE O DIA 08 DE MARÇO - DIA INTERNACIONAL DA MULHER - VOTAÇÃO PARA



ACEITAÇÃO DA SUA INCLUSÃO NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Não tenho nada contra esta Moção e o grupo municipal do Partido Socialista até a irá votar favoravelmente, mas tanto quanto julgo esta Moção terá sido apresentada à Mesa hoje, e assim sendo, terá de ser previamente votada a sua admissão no Período de Antes da Ordem do Dia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Era isso mesmo que eu ia fazer deputado municipal João Raul Portugal. Tenho então uma Moção sobre o Dia Internacional da Mulher, entregue à Mesa pela Coligação Democrática Unitária.-----
Nos termos do n.º 2 do art.º 18.º do Regimento deste órgão deliberativo, colocarei à votação do plenário a sua admissão neste período da Ordem de Trabalhos."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro e José Fernando Correia, deliberou, por unanimidade, admitir a inclusão da Moção sobre o Dia Internacional da Mulher, apresentada pela Coligação Democrática Unitária, no Período de Antes da Ordem do Dia, considerando a oportunidade da mesma.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

I - MOÇÃO SOBRE O DIA 08 DE MARÇO - DIA INTERNACIONAL DA MULHER APRESENTADA PELA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Libânia Ribeiro Pires.-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES: "Aproximando-se esta data tão significativa, a Coligação Democrática Unitária propõe à Assembleia Municipal a inequívoca afirmação da defesa da igualdade de género, nos mais variados aspetos, destacando-se:-----

- O direito ao trabalho, no respeito pela condição feminina em situação de gravidez, aleitamento, acompanhamento dos filhos, em parcerias com os seus companheiros.-----

- O direito a horários de trabalho compatíveis com a vida familiar e as responsabilidades com seniores a seu cargo.-----

- A não discriminação salarial pelo desenvolvimento de iguais funções, em relação aos companheiros de trabalho do sexo masculino.-----

- O desenvolvimento de estratégias que permitam o reforço da participação social, política, cultural e desportiva das mulheres.-----

- Um maior esforço e atenção na prevenção da violência doméstica e da violência



no namoro.-----

- O reconhecimento da prostituição como uma grave forma de violência e humilhação de mulheres.-----

A igualdade é possível, urgente e a única forma de mostrar respeito e solidariedade genuínos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “Eu associo-me ao Partido Comunista na sua preocupação com a igualdade de género. Partilho tudo o que disseram e estou envolvida com os membros do Partido Comunista, a Vereadora Mafalda Mendes Azenha, a deputada municipal Margarida Pinto Cunha e mais senhoras num conjunto de atividades sobre o Dia Internacional da Mulher.-----

Aproveito para deixar aqui o convite para no dia 07 de março assistirem a um filme sobre esta temática, seguido de uma pequena conversa entre todos os presentes, precisamente sobre este problema, que já não devia ser problema, mas infelizmente, continua a ter cabimento e a ter de se realçar e comemorar neste dia.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Libânia Ribeiro Pires.-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES: “Só para acrescentar que este evento vai acontecer à semelhança dos anos anteriores, sendo também acompanhado pelo movimento sindical e pelo Movimento Democrático de Mulheres.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Gaspar Sousa.

ISABEL GASPAR SOUSA: “Na verdade tinha pensado falar algo sobre a questão da mulher e do Dia Internacional da Mulher e acabei por não ter tempo para me preparar.-----

Contudo, como mulher social-democrata quero totalmente associar-me a esta moção da Coligação Democrática Unitária.-----

Considero, na verdade, que a mulher tem feito uma caminhada muito longa ao longo da história, no sentido de se afirmar e de conquistar esta igualdade. E sonho sinceramente que, no futuro, a Lei da Paridade não seja necessária, na medida em que haverá uma sociedade de tal forma igualitária e justa que essa lei já não fará sentido, e será aceite por todos a igualdade de géneros.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Há já alguns anos tem-se vindo a desenvolver variados projetos no que respeita à violência doméstica e também no namoro. A autarquia



celebrou vários protocolos com o Alto Comissariado para as Migrações.-----
Há um novo Plano Municipal para a Igualdade onde, de facto, este tema não só é
caracterizado e levantado, como tem um plano de ação para se alcançarem melhores
níveis de inclusão.-----

Aliás, por força deste projeto que está a ser acompanhado e de alguma forma
replicado pelo país, o Município recebeu uma menção honrosa da Secretária de
Estado da Igualdade.-----

Temos também uma casa de acolhimento e estaremos disponíveis para desenvolver
este projeto de forma articulada, obviamente, com as entidades responsáveis.”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia
usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista
Susana Oliveira Monteiro, deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção sobre o
Dia Internacional da Mulher e a defesa da igualdade de género nos mais variados
aspetos, apresentada pela Coligação Democrática Unitária.**-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

J - ATM DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS NO BAIRRO NOVO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Vou abordar três assuntos para os quais gostaria de
obter respostas do Presidente da Câmara ou de alguém do executivo, de
preferência ainda no decurso desta sessão, ou no seu final.-----

A Coligação Democrática Unitária pergunta se há desenvolvimentos relativamente
ao Multibanco do Bairro Novo?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Agradeço todas as questões colocadas porque é uma
excelente oportunidade para poder esclarecer e apresentar em sede de Assembleia
Municipal aquilo que são as razões e os comportamentos do executivo municipal.--

Perguntou se havia algum desenvolvimento relativamente ao Multibanco do Bairro
Novo, e eu responderei que a Câmara Municipal está a mediar um entendimento
entre a Caixa Geral de Depósitos e o Banco BIC, no sentido de este último poder
instalar na Caixa Geral de Depósitos uma caixa de Multibanco. Se tal não for
possível, a autarquia vai encetar todos os esforços para encontrar um sítio
seguro onde possamos ter uma caixa multibanco.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Em relação à caixa multibanco, a Coligação



Democrática Unitária ficou com a ideia de que seria um ATM BIC. Ora, o ATM que faz falta lá em cima era um ATM da Caixa Geral de Depósitos. Fica aqui a nossa opinião sobre isso.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A questão da Caixa Geral de Depósitos pode ser opção nossa se, porventura, a transferência não se fizer entre o Banco BIC e a Caixa Geral de Depósitos.-----

Então, o Município será o promotor e aí sim, até porque trabalha mais diretamente com a Caixa Geral de Depósitos, poderá escolher o banco.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - FIGBUS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Pergunto se já foi elaborado algum relatório de utilização do FIGBUS - Serviço de Transporte a Pedido?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Irei fazer todos os possíveis para facultar o Relatório de utilização do FIGBUS - Serviço de Transporte a Pedido.-----

Obviamente que, dentro das políticas de transporte, terão que ser feitos alguns ajustamentos, e na altura em que eu abordar a questão dos transportes darei mais umas notas sobre este projeto, designadamente, se não será preferível uma solução de transporte a pedido.-----

Como sabe era um ensaio, mas o objetivo é haver uma adaptação de transportes públicos que possa satisfazer toda a população.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - OBRAS EM BUARCOS/CAOS NO TRÂNSITO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “No passado fim de semana, com o bom tempo, o trânsito no local das obras em Buarcos foi caótico.-----

As filas foram imensas, naquela estrada em frente ao balneário, até lá baixo ao Tucano. Presumo não ter sido feita qualquer alteração ao projeto porque hoje ia ser alcatroada aquela rua.-----

A Coligação Democrática Unitária entende que se é para ficar assim, fica mal, porque todos os dias tenho oportunidade de verificar que o autocarro, ao sair da rotunda para entrar na via, ocupa a sua faixa mais a faixa contrária. E isto são carros de 11,90 ou 12 metros, se tivermos o azar de vir aí um carro de 15 metros



ocupará de certeza absoluta as duas vias.-----
Depois, toda a gente sabe qual é a posição da Coligação Democrática Unitária relativamente aquelas obras, e não vale a pena falar-se novamente disso.-----
Mas uma coisa me espanta, é que muitas daquelas árvores que lá existiam era possível mantê-las mesmo com o projeto dos estacionamento, agora em construção, nomeadamente, em frente à Auto-Industrial.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A praça em Buarcos hoje vai ser pavimentada. Havia um obstáculo em frente ao Banco Espírito Santo que não podia ser removido, devido a um pequeno incidente, mas só esse pequeno obstáculo levou a um estrangulamento do acesso à praça. No fundo estrangulava dois para um antes de entrar na rotunda.-----

Após a pavimentação este e o problema também da rotação do autocarro ficarão ultrapassados.-----

O que vem do passado também são as filas eternas para quem quer passear ao longo da rotunda. Não haverá nem mais nem menos, haverá sempre o tráfego que havia.”--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “No tocante à circulação em Buarcos e à chamada de atenção da Coligação Democrática Unitária sobre o ocorrido no fim de semana, não se tratou de uma questão de oportunismo, muito pelo contrário, tratou-se mesmo de preocupação. Preocupação não só com o que aconteceu, mas também com o que vai acontecer no futuro.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M - LOCALIZAÇÃO DA PARAGEM DE AUTOCARRO QUE VAI SERVIR O CENTRO DE SAÚDE DE BUARCOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “A Coligação Democrática Unitária pergunta onde vai ficar localizada a paragem do autocarro que vai servir o Centro de Saúde de Buarcos. Vai haver alterações profundas ao trânsito naquele local?-----

Já que foi aprovada, por unanimidade, nesta assembleia a proposta do Bloco de Esquerda relativamente ao transporte e à mobilidade, acho que a mesma se deve cumprir. Deve-se prestar atenção a todos aqueles que andam a pé ou porque não têm transporte público ou porque não têm viatura própria.-----

Esta cidade tornar-se-á mais atrativa se houver transportes públicos em condições, não um transporte para passar sabe-se lá quando.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A questão do Centro de Saúde ainda não está afinado, mas sê-lo-á na parte final da obra."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Uma última nota para dar os parabéns ao Presidente da Câmara que, hoje sim, se fez ouvir com nitidez do princípio ao fim, e conseguiu-se perceber tudo o que disse, ao contrário de muitas outras vezes que não se entendem as suas intervenções."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

N - PROPOSTA DE CRIAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE UMA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS EM CURSO NA FIGUEIRA DA FOZ - APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "A minha intervenção é dirigida ao Presidente da Câmara, porque não foi possível marcar uma Assembleia Municipal extraordinária, apesar de três das forças políticas aqui representadas o acharem necessário.----- Vou falar, obviamente, da questão das obras discutidas longamente no dia 27 de setembro de 2018.-----

O grupo municipal do Partido Social Democrata disse na altura, e penso que ficou em ata, que havia três conclusões a tirar. Em primeiro lugar, estas obras foram lançadas sem o devido respeito pela opinião dos figueirenses. Em segundo lugar, elas são uma clara opção política deste executivo. E em terceiro lugar, são efetivamente más, e estou a falar, nomeadamente das obras em Buarcos.-----

Passados alguns meses basta que haja alguns fins de semana com mais sol do que o normal e já se percebeu que, infelizmente, o Partido Social Democrata tem razão. Por isso, vou deixar quatro perguntas e uma proposta.-----

Ainda é possível alterar o projeto? Os prazos vão ser cumpridos? O que vai ser efetivamente feito na segunda fase das obras? Para quando uma verdadeira política de mobilidade no concelho?-----

A proposta que irei apresentar surge ao abrigo do Regimento do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, e terá de ser votada.-----

Assim, vem o grupo municipal do Partido Social Democrata nesta assembleia, ao abrigo do ponto 3 do art.º 18.º do Regimento, que vossas excelências sozinhos aprovaram, propor a constituição de uma comissão de acompanhamento das obras em curso de acordo com o artigo 44º do mesmo Regimento, com a competência de



estudar as adaptações já evidente necessárias face aos enormes constrangimentos provocados pelas obras e aos fortíssimos impactos ambientais e económicos que as mesmas vão ter quer na baixa da Figueira, quer em Buarcos, e previsivelmente, também no Cabedelo.-----

Deixo aqui então a proposta para que seja votada a sua admissão para a constituição de uma comissão de acompanhamento desta Assembleia Municipal ao abrigo do que o regimento prevê.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Nos termos do n.º 2 do art.º 18.º do Regimento deste órgão deliberativo, colocarei à votação do plenário a admissão e discussão, neste período da ordem de trabalhos, desta Proposta de Criação de uma Comissão de Acompanhamento das Obras em curso na Figueira da Foz.”-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro e Fernanda Marques Lorigo, deliberou, por maioria, com doze votos a favor dos membros do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, duas abstenções do membro do Partido Socialista, Adelino Costa Pinto, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, e vinte e cinco votos contra dos restantes membros do Partido Socialista, e do Bloco de Esquerda, rejeitar a inclusão da Proposta de Criação de uma Comissão de Acompanhamento das Obras em curso na Figueira da Foz, apresentada pelo Partido Social Democrata, no Período de Antes da Ordem do Dia, considerando que a mesma não é oportuna.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL apresentou a seguinte declaração de voto: “Era apenas para sugerir, se assim for entendido, que esta proposta possa ser discutida numa próxima Comissão Permanente, para não ter de se esperar pela próxima sessão da Assembleia Municipal, provavelmente daqui a dois ou três meses.-----

Este documento não foi entregue dentro do prazo previsto em Regimento, e não houve tempo para o avaliar e debater entre os diversos elementos do grupo municipal. Por isso mesmo, foi hoje rejeitada a sua admissão, porém, não vemos qualquer inconveniente em que esta proposta seja presente na próxima Comissão Permanente.”-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: “O Partido Socialista ainda não percebeu que o Partido Social Democrata nunca apresentará uma proposta nos moldes como o atual Regimento está redigido, e com o qual não concorda.”-----



Portanto, todas as suas propostas serão aqui discutidas relativamente à sua aprovação ou não, por isso o ónus político de não quererem é vosso. Nunca apresentaríamos uma proposta nos moldes em que os senhores quiseram condicionar esta Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Se o Partido Social Democrata quiser continuar com essa birrinha política, nós também votaremos a não admissão das propostas. Ficamos aqui num beco sem saída."-----

O grupo municipal do Partido Socialista não está a fugir da discussão, esta não é uma questão surgida ontem ou durante o dia de hoje, tiveram mais que tempo para apresentar a proposta com 48 horas de antecedência, dando tempo aos restantes deputados municipais para a analisar, pedir esclarecimentos caso fosse necessário, e para a votar conscientemente."-----

O Partido Socialista está sempre disponível para analisar as questões, até mesmo para as votar, se elas forem para o bem da cidade e do funcionamento do Município. Não está disponível para propostas a saca-rolhas entrarem aqui e, «ora agora votem lá sem se ter toda a informação»."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Muito telegraficamente, birrinha e saca-rolhas é o nível da argumentação política do Partido Socialista da Figueira da Foz, neste momento."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA apresentou a seguinte declaração de voto: "Já algumas vezes tenho encontrado em Buarcos os deputados municipais Teotónio Jesus Cavaco e Manuel Fernandes Domingues."-----

Podia ficar numa posição cómoda e calar-me, mas quero dizer que todas as obras em curso em Buarcos têm o meu apoio. É a minha opinião. O futuro o dirá, e se eu não tiver razão podem condenar-me em praça pública."-----

O que aconteceu no domingo, e é pena que as pessoas falem por aquilo que lhes dizem, é que os autocarros não param na paragem dos autocarros. Param no meio da estrada porque a paragem para os autocarros não está ainda acessível aos mesmos. E como é óbvio isso origina filas extensas de carros enquanto as pessoas saem do autocarro."-----

As pessoas andavam a passear em Buarcos com os seus carros e havia algumas pessoas na praia. Não foi um dia de Verão. Foi um dia quente que as pessoas aproveitarem para desfrutar. Andavam na passerelle a pé e tinham os seus carros



estacionados.-----
Eu votei contra esta proposta porque estou à espera de ver aquelas obras terminadas e citando alguém que há dias ouvi citar «o incómodo dará cómodo». Vamos ver. É esta a minha declaração de voto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Relativamente à proposta de constituição de uma Comissão de Acompanhamento das Obras em curso, apresentada pelo deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, eu não teria nada a opor se ela tivesse sido feita nesta Assembleia Municipal quando a execução das obras aqui foi votada. Esse sim, seria o momento certo para criar a tal Comissão de Acompanhamento. Agora, propor a sua criação quando a obra está praticamente finalizada!...-----

Todas as obras são difíceis, não há obra que não implique sacrifícios para os seus residentes. Fazer aqui um aproveitamento de uma situação ocorrida num fim de semana, onde se verificou estrangulamento e excesso de tráfego, é na minha perspetiva uma mera oportunidade, para não dizer oportunismo.-----

A obra estará concluída no dia 15 de junho. O executivo não irá alterar o projeto porque ele tem de encaixar nas políticas da Comissão Europeia para o desenvolvimento urbano sustentável - diminuição de tráfego, aumento do espaço público disponibilizado a benefício dos cidadãos, e a criação dos circuitos pedonais. Esses são os grandes objetivos perfilhados em termos urbanísticos pela Comissão Europeia e que muitas cidades desenvolvidas já concluíram e atingiram.-
Estou absolutamente consciente que aquela obra depois concluída, em particular a 2.ª fase que pretendemos arranque tão cedo quanto possível, facultará um estacionamento numa parte adjacente, sendo sem dúvida, um grande projeto.-----

A obra foi enquadrada e analisada por um júri isento que tomou como referência e qualificou o projeto precisamente em função do ganho ambiental com a significativa redução de CO2. Quem quer circular rápido pode fazê-lo pelas vias circulares.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Saúdo a disponibilidade do Partido Socialista para considerar a constituição desta Comissão de Acompanhamento das Obras em curso na Figueira da Foz. Certamente o assunto não está esgotado e vamos levar a proposta à Comissão Permanente.-----

O grupo municipal do Partido Social Democrata também ficou agradado com a disponibilidade do Presidente da Câmara para a constituição da mesma.-----



E não é oportunidade pois as obras ainda agora começaram, portanto, a proposta tem toda a oportunidade.-----

Esta Comissão de Acompanhamento faz todo o sentido porque as obras do Cabedelo ainda agora começaram.”-----

O - BTL 2019 - FEIRA INTERNACIONAL DE TURISMO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Tiago Cadima Jorge.-----

TIAGO CADIMA JORGE: “Entre os dias 03 e 17 de março realiza-se mais uma BTL e como é do conhecimento de todos, este é um evento de referência para a indústria do turismo nacional, onde se reúne uma considerável mostra do turismo nacional.- A Bolsa de Turismo de Lisboa é um espaço de afirmação institucional não só dos municípios, mas também de outros parceiros, agentes económicos e interlocutores regionais, com o principal objetivo de promover e divulgar os seus destinos turísticos.-----

Por tudo o que acabei de referir, é fundamental a Figueira da Foz estar de uma forma visível e dinâmica neste certame. O que tem acontecido nos anos anteriores, ou seja, apenas a divulgação de alguns eventos, parece-nos muito pouco para a promoção da nossa cidade como destino turístico. O nosso Concelho tem muito mais para oferecer e esta oferta não se reduz ao Verão, tal como os eventos que têm sido promovidos em Lisboa.-----

E se a Figueira da Foz é para todos, tal como refere o slogan criado por vós, é fundamental promover o nosso património natural, promover as nossas tradições e a nossa gastronomia, promover a nossa história que é tão rica e que se evidencia em património de Norte a Sul do Concelho.-----

Por isso perguntava ao Presidente da Câmara da Figueira Foz se vai fazer representar na Bolsa de Turismo de Lisboa? E se sim, como se vai apresentar?”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Relativamente à Bolsa de Turismo de Lisboa, o Município da Figueira da Foz estará presente não só na organização da entidade Regional de Turismo, mas também integrado com mais atividades, nomeadamente, com apresentação do seu receituário num stand autónomo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.-----

Já se está a desenvolver um programa, confortado com um financiamento de 1,2 milhões de euros, para uma perspetiva de promoção integrada da Região, permitindo realizar a promoção local a par com a promoção integrada da Região.-- Os últimos dados por referência a 2017 apontam para cerca de 500.000 dormidas na



Figueira da Foz. Portanto, atingiu-se um patamar em época alta neste tempo e por agora já esgotado.-----

De qualquer forma, a Câmara Municipal irá fazer esta apresentação de forma integrada, tendo-o já feito isoladamente sem qualquer recolha ou ganho.-----

Pessoalmente não estarei presente, porque irei aproveitar esses dias para tirar um curto período de férias, mas marcarão presença na Bolsa de Turismo de Lisboa o Vice-Presidente ou os Vereadores.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

P - ENCERRAMENTO DE PARQUE DE CAMPISMO/ESTACIONAMENTO CAÓTICO DE AUTOCARAVANAS - RESPONSABILIDADE PELOS PROJETOS URBANÍSTICOS DA FREGUESIA DE LAVOS - TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS DO GOVERNO PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Senhor Presidente, o Partido Social Democrata gostava de ser esclarecido sobre as seguintes questões:-----

1 - Pretende V. Ex.^a acabar com um dos Parques de Campismo da nossa Cidade, no entanto assistimos a um estacionamento indiscriminado de autocaravanas por tudo o que é sítio, ocupando em norma dois lugares de estacionamento! Para não falar do resto... Assim, para quando a colocação de proibição de estacionamento de autocaravanas nas zonas nobres da Figueira da Foz com a devida fiscalização?----

2 - É verdade que a Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, Técnica do Urbanismo desta Câmara Municipal, seja responsável pelos projetos urbanísticos da Freguesia de Lavos? Que os analise? Não haverá aqui alguma incompatibilidade? Não seria de bom tom, até para sua própria defesa, que pelo menos não interviesse nos projetos da sua freguesia?-----

3 - Transferência de competências para a Câmara Municipal da Figueira da Foz.---
Ao invés do que se passa noutros concelhos, inclusive de maioria socialista, este tema é abordado em reunião da Vereação e discutido em Assembleia Municipal. Ora, V. Ex.^{as} entendem que só devem discutir este tema na sede do vosso partido, de acordo com a comunicação social.-----

O Partido Social Democrata não pode deixar de lamentar esta atitude, trata-se de um assunto sério que vai ter muitas implicações e responsabilidades, nomeadamente para os vossos sucessores, e por isso merecia ser abordado pelo menos nesta Assembleia.-----

V. Ex.^{as} estão a aceitar competências sem saberem se vão ter condições, nomeadamente financeiras, para as assegurar, porque o próprio Governo Socialista



ainda não produziu a legislação competente.-----

Com o devido respeito parece-nos pouco prudente, pouco responsável a aceitação de tais competências sem o devido diálogo democrático, limitando-se o Partido Socialista a impor por ter a maioria.-----

É uma falta de respeito para com as outras forças políticas aqui representadas e eleitas com o voto dos munícipes.-----

Não posso terminar sem relembrar o Presidente, sobre este assunto, do que aqui referi na última Assembleia Municipal aquando da discussão sobre a alienação da participação social detida pelo Município da Figueira da Foz na Figueira Parques, espero que ao aceitar as competências não se verifique, neste caso concreto, alguma ilegalidade.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Lucília Marinho Cunha.-----

LUCÍLIA MARINHO CUNHA: “Deputado municipal Manuel Rascão Marques a sua afirmação é mentira. Há vários anos que já não sou responsável pelos processos urbanísticos da freguesia de Lavos.-----

Eu sou gestora dos processos das freguesias de Bom Sucesso, Moinhos da Gândara e Ferreira-a-Nova, portanto, o deputado municipal está mal informado relativamente a este assunto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Uma intervenção para defesa da honra do grupo municipal do Partido Socialista.-----

Foi feita uma acusação pelo grupo municipal do Partido Social Democrata a uma Presidente de Junta de Freguesia do Partido Socialista. Não foi uma pergunta, mas sim um ataque a uma Presidente de Junta, colocando em causa a sua transparência, honorabilidade e honestidade.-----

Por isso, eu pedia que o deputado municipal Manuel Rascão Marques se retratasse e pedisse desculpa à nossa deputada municipal, visada com uma acusação que, ainda por cima, não é verdadeira.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: “O deputado municipal João Raul Portugal está muito enganado. Eu tive o cuidado de dizer que gostava de ser esclarecido sobre as seguintes questões, e perguntei se era verdade que a Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, Técnica do Urbanismo desta Câmara Municipal, era responsável pelos projetos urbanísticos da Freguesia de Lavos? Portanto, não afirmei nada.--



A Presidente da Junta de Freguesia de Lavos respondeu e eu acatei a sua resposta.-----

Portanto, não aceito as suas afirmações deputado municipal João Raul Portugal.”-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: “O deputado municipal Manuel Rascão Marques tem outros mecanismos ao seu dispor para antes de vir a esta Assembleia Municipal ver esclarecida esta questão, que é uma questão funcional do Município da Figueira da Foz.-----

Ao fazê-lo aqui, traz concretamente um facto político para manchar a honra da nossa Presidente de Junta. Independentemente do texto que o senhor aqui leu, percebeu-se bem que ele é transformado numa pergunta, mas é uma acusação de honra sobre a nossa Presidente de Junta, que o grupo municipal do Partido Socialista não aceita.-----

O deputado municipal não pedirá as desculpas, ficará bem com a sua consciência. Mas os deputados municipais Socialistas não queriam deixar de retratar aquilo que aqui se passou e a sua intervenção, para que fique registado em ata.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Isto é importante, é grave. A assunção de querer assacar a outrem aquilo que se está a passar.-----

Deputado municipal João Raul Portugal, líder do grupo municipal do Partido Socialista, já foi referido várias vezes que foi uma pergunta, as perguntas têm de ser feitas aqui e, portanto, não há nada que pedir desculpa de uma pergunta feita e que foi respondida.-----

Não queiram agora criar factos políticos onde eles não existem. Por favor, mais respeito pela pergunta que é feita. Tanto quanto julgo ainda podemos fazer perguntas? Ou não?!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Pinto.-----

JOÃO PAULO PINTO: “Deputado municipal Manuel Rascão Marques a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais não prevê nem exige que tenha de ser apresentado em sede de reunião de Câmara ou de Assembleia Municipal a aceitação de transferência e descentralização de competências.-----

A descentralização de competências é um processo político através do qual o poder central transfere competências para quem administra o território com maior proximidade, os Municípios e as Freguesias. Há muito se diz que quem está mais próximo decide e administra melhor, com o conhecimento da realidade e em maior



interação com as pessoas. As autarquias locais procuram estar do lado da solução e não simplesmente a identificar os problemas ou meramente a realidade.-----
É uma oportunidade de lutar contra o centralismo existente no nosso país e que muito prejudica a coesão territorial. Pese embora seja um pequeno passo, é importante que as autarquias digam presente e colaborem neste esforço do Governo em levar por diante esta descentralização.-----

O Governo vai transferir para as autarquias locais competências cujos diplomas sectoriais abrangem cerca de 21 áreas, para que passem a ser exercidas e realizadas pelos Município e Freguesias. Em alguns dos casos trata-se simplesmente de contemplar na lei aquilo que alguns Municípios já fazem, correspondendo a uma melhor organização dos serviços públicos.-----

O envelope financeiro não se coloca em causa, porque os municípios não vão ter mais despesa, pois para 2019 continuarão a fazer o que já fazem.-----

A delegação de competências nos órgãos das freguesias tem de acontecer agora ou dificilmente será feita nos próximos anos.-----

Somos o País mais centralizador da Europa, e este paradigma tem de ser alterado. Em Portugal, o Poder Local tem hoje 14% das receitas do Orçamento do Estado, enquanto a média europeia tem cerca de 25%. Em 2022 teremos mais 40% dos recursos que em 2018 foram distribuídos pelas cerca de 3.100 freguesias.-----

Há ainda muito a fazer com o Estatuto do Eleito Local mas, num futuro próximo, se uma freguesia não tiver uma equipa de colaboradores a trabalhar no dia a dia na beneficiação das suas localidades, alguém na área administrativa e ainda um membro do executivo, pelo menos, a meio tempo, dificilmente poderá ser uma freguesia dinâmica e com estatuto representativo da sua população.-----

É possível fazer mais, fazer melhor e mais perto, avaliar e corrigir para estarmos sintonizados com as pessoas e com as dinâmicas do nosso território.----

Quem ganha são as populações porque os serviços passam a estar mais próximos, haverá uma maior ligação à realidade, à natureza própria de uma população mais envelhecida, atualmente dispersa em meio rural, tornando-se mais fácil decidir e avaliar sempre com o foco nas pessoas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Se pretendo acabar com o Parque de Campismo já o manifestei. Quanto à proibição de estacionamento, eu entendo ser necessário tomar medidas em relação ao estacionamento que se vai fazendo de forma abusiva nestas áreas.-----



O caravanismo, na minha perspetiva, tem de ir tendencialmente para os parques de campismo.-----

No Parque Municipal de Campismo fizeram-se adaptações significativas para acolher autocaravanas.-----

O problema a nível nacional tem a ver com a falta de legislação, porquanto, estes veículos estão associados a veículos ligeiros, ou seja, onde for permitido estacionar o veículo ligeiro eles podem estacionar. Aqui a única forma, é criar uma barreira à semelhança do que se tem feito em todas as cidades.-----

No tocante à questão da incompatibilidade da Presidente da Junta de Freguesia, vamos ser claros, devemos ter uma política também de salvaguarda da nossa dignidade, porquanto somos expostos e, quanto mais regimes de incompatibilidades, quanto mais dificuldades criarmos ao acesso à participação e cidadania, mais colocamos em causa a qualidade da nossa da nossa democracia.----

Não subsiste incompatibilidade no facto da Presidente da Junta de Freguesia acumular as suas funções de técnica de urbanismo em áreas que nada colidem com a sua atividade enquanto autarca da freguesia.-----

Relativamente à transferência de competências estou sempre disponível para esclarecer, pois sou um entusiasta das políticas de descentralização.

Aqui acompanho aquilo que foi já um alto projeto do Partido Social Democrata, como agora, o projeto do Governo do Partido Socialista. Venham as competências. Em relação àquelas agora transferidas para o Município nenhuma delas implica qualquer tipo de despesa.-----

Portanto, as que se seguem têm a ver com a Saúde e Educação, essas sim, estão a merecer um acompanhamento e um estudo muito elaborado para saber se, de facto, há um equilíbrio entre as competências que nos querem atribuir e as respetivas receitas.-----

Não há aqui qualquer dificuldade em relação ao parque de estacionamento e à modalidade adotada. Trata-se de um negócio limpo, não padece de qualquer ilegalidade e, no âmbito também das políticas de descentralização, tem a devida configuração."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Começarei por agradecer ao Presidente da Câmara o facto de ter respondidas às minhas três questões.-----

Trouxe aqui a questão das transferências de competências pois o ponto agendado na Ordem de Trabalhos sobre a transferência de competências diz respeito à



Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, e não ao Município.-----
Tenho pena que este assunto não seja mais debatido nesta casa, pois era isso que eu gostaria.-----

Quero aproveitar para dizer ao deputado municipal João Paulo Pinto que subscrevo, quase na íntegra, a sua intervenção sobre esta matéria. Só é pena que não tenha referido que foi o Partido Social Democrata, um partido de autarcas, um partido que tem pugnado pela reforma administrativa, que impulsionou este Governo a avançar com este acordo de transferências.-----

Espero sinceramente que as transferências de competências que vão ser feitas, venham devidamente acompanhadas do respetivo envelope financeiro, porque caso contrário, vai ser um problema muito sério.-----

Acredito nas suas palavras e também acredito nas palavras do Presidente da Câmara quando disse estarem a ser feitos estudos. Espero que os façam bem, porque senão vai ser muito complicado, não para esta vereação mas para a próxima, pois essa sim vai ter que cumprir todas essas transferências.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: “A minha intervenção tem a ver exatamente com esta questão da delegação de competências.-----

Na minha opinião, a descentralização/transferência de competências não é um projeto político, nem uma questão de semântica, nem tão pouco uma questão de quem fica com os louros.-----

A descentralização é efetivamente um processo que tem de prosseguir. E já estou farto de ouvir o Presidente da Câmara Álvaro Amado afirmar que este processo está todo mal amanhã, e o Presidente do Partido Social Democrata Rui Moreira muito ofendido, muito aborrecido, porque «só fica com o Ajax e o dinheiro para os vidros».-----

Ainda não percebi bem o que esses senhores querem afinal. Querem descentralizar ou centralizar no seu poder alguma coisa?-----

A descentralização pode ter sido impulsionado pelo Partido Social Democrata, até podemos ir mais longe e impulsionar isto nos Reis portugueses, porque foram os primeiros a descentralizar. Contudo, impõe-se que seja um projeto consensual a exigir a parceria de todos. Não se pode andar aqui atrás de medalhas e camisolas, saber quem leva a camisola amarela ou a medalha, pelo contrário, deve-se adotar um conceito de sinergias.-----

Obviamente também há alguns Presidentes de Câmara não só do Partido Social



Democrata, mas também do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, a não quererem a descentralização. Mas isso é outro assunto.-----
Sem sombra de dúvidas, este é um projeto político nacional a exigir o melhor de todos nós.-----

Quem levar este processo avante tem de ter coragem política, porque senão anda-se outra vez com engulhos, o meu é melhor que o teu ou o teu é melhor que o meu. Os partidos têm de perceber que este é o caminho do melhor trabalho para as comunidades. Porque toda a gente sabe, e eu estou aqui a falar como Presidente de Junta, que o conceito de proximidade está precisamente nestes Presidentes de Junta que estão connosco nesta sala.-----

Os autarcas das freguesias são o primeiro cavalo de batalha e os primeiros sacos de pancada... Não se admirem! Quando aconteceu a Tempestade Leslie vi muito poucos, se é que houve algum deputado eleito da Assembleia Municipal, a andar por aí."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Quanto à questão das transferências de competências, estou e estarei sempre disponível, porque é um tema que eu gosto de comunicar e tentar explicar ou esclarecer.-----

O Município aceitou a gestão das praias marítimas e, neste âmbito, já encetou contactos com a Autoridade Marítima local, através de várias reuniões, para ver como pode fazer o processo de licenciamento dos alvarás de praia. Também se contactou a Agência Portuguesa do Ambiente no sentido de se esclarecerem dúvidas de cariz técnico. A autarquia está preparada e isto implicará receita.-----

Relativamente às modalidades afins de jogos de fortuna ou azar, aqui também falamos de tómbolas, rifas, sorteios, concursos publicitários, passatempos, enfim, toda uma série de atividades antes fora da competência da Câmara e que agora passam para a sua alçada. Ainda bem, porque é uma maneira de disciplinar os usos e abusos que havia neste domínio. Obviamente também implica um acréscimo da receita.-----

No domínio das vias de comunicação as alterações são praticamente nulas, apenas tendo a ver com a Rede do Plano Rodoviário Nacional. A EN 109 é nacional e será acrescida de nacional, sob pena de o Estado Português não ter uma rede nacional de estradas. A única competência que podemos ter é no domínio da mera gestão, no sentido de permitir a fixação de publicidade ou de pequenos detalhes. Aliás, as obras estão a decorrer e as infraestruturas de Portugal estão a proceder



finalmente à pavimentação desta via.-----

O domínio da Justiça é transferido para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.-----

A questão das Associações de Bombeiros Voluntários também. É uma competência que abordarei no ponto da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal.-----

A questão das lojas do Cidadão é também um ganho, porque passamos nós agora a definir qual é a rede de lojas do cidadão que queremos e que temos, e com a qual podemos participar. Permite-nos estender esta rede para as freguesias e apresentar propostas nesse sentido.-----

No domínio da habitação nada de novo, porque todo o domínio da habitação social já estava no âmbito da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal e assim continuará. Não há acréscimo de receita nem despesa.-----

O domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, seja bem-vindo. Com isso pretendemos dar uso aos terrenos na Várzea e aos prédios abandonados, nomeadamente, aqui em baixo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., outros na Miguel Bombarda, e pouco mais haverá. Dar-lhes-emos uma utilidade pública, por isso bem vindos.-----

Regulação e fiscalização do estacionamento proibido indevido ou abusivo já foi tema de abordagem e está neste momento no âmbito da administração da Figueira Parques - Empresa Municipal de Estacionamento da Figueira da Foz, Empresa Municipal, S.A., com o contrato de concessão definido.-----

Ou seja, as competências foram aceites de forma implícita, porquanto, todas elas têm de ser aceites até 2021 no máximo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes Domingues.--

MANUEL FERNANDES DOMINGUES: "Não pude intervir na altura, mas em defesa da honra não posso deixar de dizer ao deputado municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Tavarede, Fernando Martins Lopes, que ele não descobriu a pólvora. Se os deputados municipais aqui presentes aceitam o que ele afirmou, eu não aceito.-----

No domingo imediatamente a seguir à Tempestade Leslie percorri a Figueira da Foz quase de lés-a-lés. Ajudei quem pude e conforme pude. Mas garanto-lhe uma coisa, já por uma ou duas vezes trouxe a esta Assembleia Municipal alguns considerandos sobre o Leslie, mas não falei de cor. Eu percorri o Concelho quase todo e vi o que se passava na Figueira da Foz."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: "Quem quiser faça a sua defesa individual, todavia, com todo o respeito que tenho pelo deputado municipal Fernando Martins Lopes, eu não me revejo nessa matéria, até quanto mais não seja pelas funções que desempenho nos Bombeiros Voluntários.-----

Eu estive antes, durante e muito depois a acompanhar esse trágico acontecimento. Estive dois dias sem ir à cama precisamente para ajudar, não só na parte dos bombeiros como também na logística e no terreno.-----

Portanto, não me revejo nas suas palavras e agradecia que quando fizer isso não generalize, porque cada um deu o que conseguiu ou o que pode.-----

Tratou-se de voluntariado, porque sabemos todos muito bem que grande parte do sucesso e de não haver mais consequências foi o voluntariado de cada um de nós. As forças quer dos Bombeiros Municipais quer da Proteção Civil, quer dos Bombeiros Voluntários, não chegavam para as encomendas, passo a expressão."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Q - FALTA DE ARRUAMENTO QUE FAÇA A LIGAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL AO LUGAR DE ARMAZÉNS DE LAVOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Lucília Marinho Cunha.-----

LUCÍLIA MARINHO CUNHA: "O Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, está sediado na sua maior parte, na Freguesia de Lavos.-----

Esta zona industrial, está de «costas voltadas» para a nossa Freguesia, uma vez que não há um acesso direto que ligue a Zona Industrial às povoações limítrofes. Estou a falar da falta de um arruamento que faça a ligação da Zona Industrial ao lugar de Armazéns de Lavos.-----

Como V. Ex.^{as} têm conhecimento, no Lugar de Armazéns de Lavos existem três restaurantes e um bar, os quais beneficiariam muito com esta obra, (abertura de um arruamento) assim como toda a população de Lavos.-----

Solicito ao Presidente da Câmara Municipal, que providencie a realização deste desejo da população de Lavos, que é antigo, e que a meu ver é de todo o interesse para a freguesia de Lavos, mas também para o concelho da Figueira da Foz.-----

Mas poderão V. Ex.^{as} dizer-me, como já me disseram, que essa obra era impossível realizar, porque o espaço está classificado como Reserva Ecológica Nacional, no Plano Diretor Municipal em vigor. Mas eu pergunto, qual a razão de termos uma



Reserva Ecológica Nacional à volta do Parque Industrial?-----
Eu, com a formação académica que possuo, em engenharia civil - ramo urbanismo e
vias de comunicação - não consigo entender.-----
Estou convicta de que esta obra reclamada pelos Lavoenses será uma realidade
dentro de pouco tempo, porque como dizia o poeta, Fernando Pessoa: «O homem
sonha e a obra nasce»."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O acesso do Parque Industrial para ligação aos
restaurantes nesta fase, deputada municipal Lucília Marinho Cunha, é de todo
impossível.-----

Concordo consigo, aquela zona confinante já não devia ser Reserva Ecológica
Nacional mas continua a sê-lo.-----

Demorámos cinco anos a fazer o destaque daquela zona para termos a possibilidade
de agora levarmos a cabo o Plano de Expansão do Parque Industrial, pese embora o
contrassenso de a zona envolvente ser Reserva Ecológica Nacional quando,
efetivamente, toda a zona envolvente já não o é. Quando assim for e numa fase
posterior, poder-se-á encarar essa solução. Por ora não."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**R - OBRAS NAS INSTALAÇÕES DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E NA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA**

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: "Foi noticiado na comunicação social um orçamento de três
milhões de euros para obras nas instalações da Polícia de Segurança Pública e
Guarda Nacional Republicana, nomeadamente na Polícia de Segurança Pública da
Figueira da Foz e Guarda Nacional Republicana de Taveiro em Coimbra.-----

Gostaria de perguntar ao Presidente da Câmara e simultaneamente como Presidente
da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, as razões pelas quais não
foram incluídas neste orçamento as obras, bastante necessárias, no Quartel da
Guarda Nacional Republicana do Paião.-----

Sendo a única força de segurança a Sul do Concelho da Figueira da Foz, as suas
instalações carecem bem de obras, pois chove lá dentro, há lá ratos, não há água
quente a maior parte das vezes, e o aquecimento é inexistente.-----

Mas, curiosamente, aqui há um ano foram gastos lá cerca de 13.000 euros, atente-
se nas celas dos prisioneiros, com todo o material que há de melhor para
comodidade dos mesmos. Não é que os detidos não me mereçam respeito.-----



Basta só referir também aqui que a falta de efetivos, na maior parte das vezes, quando há alguma ocorrência, seja ela de que natureza for, obriga ao reforço dos mesmos com elementos provenientes de Montemor-o-Velho e de Soure.-----
Gostaria de ter informações sobre esta questão, se fosse possível.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Pinto.-----

JOÃO PAULO PINTO: “Como sabem no Orçamento municipal de 2019 foram aprovadas obras a realizar pelo Município no Posto da Guarda Nacional Republicana de Paião.-----

Tratando-se de uma questão com já alguns anos, a Câmara Municipal, mais uma vez, vai-se substituir ao Estado Central no sentido de melhorar as condições do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Paião.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Foi feito um investimento de cerca de 1,2 milhões de euros no posto avançado da Polícia de Segurança Pública da Figueira da Foz.-----

A empreitada tem duas fases, estou satisfeito com isso e o Município disponibilizou-se para apoiar se assim for necessário. Felizmente, o Ministério da Administração Interna não precisou.-----

Aliás, a minha proposta perante o Ministro foi também que neste domínio, houvesse, à semelhança de outras áreas na administração central, políticas de descentralização. Isso permitiria aos Municípios poderem colaborar na infraestruturização das forças de segurança na sua área.-----

Quanto o Paião está adjudicada a obra. Vai-se fazer uma intervenção de 70.000 euros para adaptação do espaço à Guarda Nacional Republicana, num edifício propriedade do Município e, por isso assumimos as nossas responsabilidades em benefício da segurança e do bem-estar daquela força de segurança.-----

Pretende-se uma guarda eficiente, eficaz, e uma otimização dos seus recursos, portanto nessa esfera, a autarquia acompanhará sempre as opções do Ministério da Administração Interna de acordo com os elevados níveis de segurança.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

S - QUEDA DE ANTENA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NA PRAIA DA LEIROSA PROVOCADA PELA TEMPESTADE LESLIE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: “Na última assembleia eu tinha colocado aqui a questão relativamente a uma antena de radar da Guarda Nacional Republicana que caíra na última tempestade na Leirosa. Causou os danos que todos sabemos, mas essa



resposta ficou por dar, designadamente se era para ali continuar colocada.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “O radar é uma questão de Segurança Interna e vai ser transferido para outro lugar. Faz todo o sentido a sua deslocalização para uma zona não habitacional.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

T - SINALIZAÇÃO DO CRUZAMENTO DA BARROQUEIRA A SEGUIR AO CASAL VERDE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: “Há nova sinalização e obras foram feitas no cruzamento da Barroqueira a seguir ao Casal Verde e que dá acesso também ao Cesol. Chamava a atenção aos serviços técnicos da Câmara porque aquilo ficou hoje já de si algo confuso, mas quando chover e quando aqueles traços estiverem um pouco mais apagados, vai ser uma grande confusão e vai originar com certeza alguns acidentes.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “De facto, não havia espaço para construir uma rotunda e optou-se por aquela solução de triangulação. Está bastante melhor. Foi o que foi possível fazer mas, todavia, o Município está disponível a monitorizar o espaço e a sinalizá-lo de forma devidamente adequada.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

U - TEMPESTADE LESLIE - CONSEQUÊNCIAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: “Relativamente à Tempestade Leslie e às suas consequências, tudo o que aqui foi dito é muito bonito. As respostas foram dadas em cima da hora e cada um diz aquilo que quer...-----

Todavia, convidava alguns responsáveis a visitar parte do Concelho, pois o Concelho não é só Figueira da Foz, para verem que ainda hoje temos valetas, casas, telhas, telhados de pessoas que não podem ou não têm capacidades, e vias de comunicação que desde a ocorrência ainda não viram lá um único operário da Câmara ou de quem quer que fosse.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A Câmara Municipal da Figueira da Foz fez tudo o que tinha a fazer e interveio em tudo onde podia intervir, com exceção das associações e coletividades.-----

Está hoje concluído um pré protocolo com o Secretário de Estado da Administração



Interna. Oportunamente, levaremos a reunião de câmara 21 projetos de apoio às associações, no montante de 800.000 euros com retorno da administração Central à posteriori.-----

Acompanharam-se todas as pessoas carenciadas, investiu-se cerca de 100.000 euros neste projeto e com isso satisfiz-se aquelas que preenchiam os requisitos.----- Efetivamente, há casas abandonadas, mas são casas abandonadas, não são de pessoas sem posses, porque essas foram devidamente monitorizadas.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

V - FORAL DE MAIORCA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Rui Pinto Ferreira.

RUI PINTO FERREIRA: “A Freguesia de Maiorca celebra este ano 825 anos da atribuição da Carta de Foral.-----

Este Foral foi concedido em 1194 pela Rainha D. Dulce, mulher de D. Sancho I, em atenção ao seu confessor D. João Fróis, que era Prior do Convento de Santa Cruz de Coimbra.-----

Nos dias 24 a 28 de Abril decidiu o executivo da Junta de Freguesia de Maiorca celebrar este acontecimento, promovendo um programa cultural ao longo de vários dias, envolvendo as associações, instituições e população local, visando uma divulgação do nosso património e história.-----

Vamos ter integrados nesta mesma celebração uma Feira de Artesanato Local que denominámos de Feira de Ofícios Rústicos, Artes e Lendas - Foral 1194. Vamos ter ainda englobados neste mesmo programa, a 4.ª edição da Folk da Boiça, o 6.º aniversário do Rancho Infantil de Maiorca, a realização da caminhada da Rota dos Arrozais recentemente reaberta, a 1.ª Exposição Fotográfica de Maiorca Ontem e Hoje, a comemoração da Liberdade nos dias 24 25 de Abril com a passagem de uma esquadrilha de F16 da Força Aérea Portuguesa, e uma representação teatral sob o tema 25 de Abril, bem como, a apresentação do livro «Pedaços de Maiorca Bela», e uma Sessão Solene Comemorativa dos 825 anos do Foral, que contará com homenagem a vários maiorquenses que, ao longo dos anos, construíram e desenvolveram atos sociais, humanos e outros em prol da nossa terra.-----

Neste evento, faremos uma viagem ao tempo sobre a evolução da Freguesia de Maiorca, que já foi o Concelho durante anos e anos, desde o seu passado longínquo ao presente atual.-----

Aproveito para vos endereçar o convite para estarem presentes nesta comemoração especial na freguesia de Maiorca, sem prejuízo de posteriormente vos enviar um



convite formal com a programação das atividades a desenvolver.-----
A Junta de Freguesia de Maiorca endereça à Proteção Civil da Câmara Municipal, ao Vereador competente e a todo o grupo de trabalho, um reconhecimento especial pela ação desenvolvida na nossa Freguesia durante e após a tempestade Leslie, bem como, pelas ações de limpeza corrente das nossas estradas, serviço efetuado com um profissionalismo e uma qualidade exemplares. Para eles o nosso bem-haja.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

W - FRACA COBERTURA AO NÍVEL DAS COMUNICAÇÕES EM GRANDE PARTE DO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Uma pergunta que diz respeito à muitíssimo fraca cobertura, ou estabilidade da cobertura, ao nível das comunicações em grande parte do nosso Concelho, nomeadamente a Norte.-----

Os relatos que me chegam são aflitivos. Há uma falha constante nas comunicações em geral, rede da Internet, rede das comunicações móveis, e da rede da própria do serviço de televisão.-----

Desconheço se as queixas que me chegam são veiculadas pelos respetivos Presidentes de Junta à Câmara Municipal. Se fosse permitido brincar um bocadinho com esta situação quase poderíamos dizer «pedimos desculpa por esta interrupção, o programa segue dentro de momentos».-----

Sobretudo na parte Norte do Concelho muitos alunos não podem fazer os seus trabalhos de casa por não terem Internet. Há muitos serviços administrativos públicos que não podem cumprir o seu dever porque não há Internet. Há muitas empresas que não podem usar a Internet, e hoje ela é absolutamente fundamental como todos nós sabemos.-----

Face a este caos instalado sobretudo na parte Norte do Concelho, o que é que a Câmara Municipal tem a dizer em relação a este problema?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Foram suscitadas duas questões novas sobre a fraca cobertura, ou estabilidade da cobertura, ao nível das comunicações em grande parte do nosso Concelho, nomeadamente a Norte.-----

Ora, essa é uma das maiores preocupações do executivo porque tem a perceção que um Concelho coberto com fibra se torna mais competitivo e mais para atrativo. A dificuldade será na nucleação urbana. Esta situação não é do foro municipal mas não deixa de o ser. Por isso, temos pressionado os vários operadores para que



olhem para o território e trabalhem no território. A zona Sul já está coberta e a zona Norte estamos a trabalhar nela.-----
Um problema é a substituição de cobre por fibra, porquanto o cobre torna-se uma matéria apeteçível, porém vai-se ver se se consegue fazer toda a cobertura com fibra.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**4 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: “Após a leitura do presente documento verifiquei que na reunião de Câmara de 21 de dezembro do ano passado foi aprovada, por unanimidade, a celebração de um protocolo entre o Município da Figueira da Foz e o Alto Comissário para as Migrações, no âmbito de um projeto piloto relativo aos Planos Locais para Integração das Comunidades Ciganas.-----

Quais os objetivos primordiais a atingir com este projeto e que ações foram feitas para a prossecução dos mesmos?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Li que a Câmara Municipal deliberou ratificar a subscrição do Manifesto por uma Floresta Não Discriminada. Existe algum Regulamento dos Jardins e Património Arbóreo do Município? A Coligação Democrática Unitária irá fazer um pedido, por escrito, à Câmara Municipal para que lhe seja facultado esse documento.-----

A outra questão é relativamente à autorização do apoio financeiro de 8.300 euros à freguesia de Maiorca. Pergunto porque razão o mesmo não foi inscrito em orçamento? E faço a mesma pergunta em relação ao apoio à freguesia de Vila Verde, aos 7.000 euros para aquela parcela de terreno.-----

Na reunião de 21 de janeiro, o Presidente da Câmara deu conhecimento de ter acompanhado o lançamento da primeira sala do futuro, salas munidas de equipamento tecnológico e muito orientadas para o futuro em cada município, e onde vão ser gastos ou investidos, melhor dizendo, os 07 milhões de euros pela



Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. A Coligação Democrática Unitária terá certamente oportunidade de referir isso na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, mas entende que antes disto seria necessário que houvesse a preocupação de dotar todas as escolas do concelho de meios informáticos. Em algumas delas esses meios são obsoletos e nalgumas escolas nem sequer existem.-- Irei pedir por escrito o documento final da Concessão de Exploração dos Parquímetros votado na anterior assembleia.-----

Relativamente à aprovação, por maioria na reunião de 03 de dezembro, das minutas dos contratos de aquisição dos serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes, nós achamos e continuamos a achar que se houvesse um alargamento do quadro dos assistentes operacionais não haveria necessidade destes contratos de aquisição de serviços.-----

Na reunião de 21 de Dezembro de 2018 ratifica-se o despacho do Vice-Presidente, Carlos Monteiro, que ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, autorizou o cancelamento do ónus de reversão incidente sobre o prédio descrito na Conservatória na ficha 4245 da Freguesia das Alhadas. Pergunto que prédio é este?-----

Ainda nessa reunião, ratifica-se o indeferimento de um pedido de prorrogação do prazo relativamente à Concessão da Obra Pública de Exploração do Complexo da Piscina Mar, gostaria de saber qual a razão da não aceitação da prorrogação pedida. Será que com esta prorrogação não seria possível a entrega de uma proposta mais vantajosa? Ou existiu outro motivo de força maior para este indeferimento?-----

Na reunião de 21 de dezembro e relativamente à proteção e reabilitação costeira e dunar integrada no projeto Área de Reabilitação Urbana do Cabedelo, que corresponde à 2.ª fase do desenvolvimento para efeito de candidatura, quero perguntar como pensa a Câmara Municipal e o executivo dar resposta à insatisfação manifestada pela população?-----

Para terminar, a Coligação Democrática Unitária foi contactada por vários motoristas de serviço de transporte público relativamente aos novos espaços de publicidade, aquelas placas de publicidade que obrigam os autocarros a fazerem desvios para que o espelho não bata nelas. Essas placas precisam urgentemente de ser recuadas porque os autocarros ao passar por elas batem nelas com os espelhos. Não é a primeira vez que isso acontece."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "O deputado municipal Christopher Maia Oliveira abordou a questão da comunidade cigana. O Plano Local para Integração das Comunidades Ciganas tem várias vertentes e surge no âmbito do plano mais alargado ROMED. Está-se a trabalhar com as comunidades ciganas para as políticas de inclusão na versão da educação, ou seja, no acompanhamento educativo para criar junto da comunidade abertura para que os adolescentes e todos aqueles em idade de escolaridade obrigatória possam fazer os seus estudos. Como sabem a tradição por vezes traz alguns obstáculos e tem que ser atualizada. Pretende-se a formação e capacitação dos ciganos.-----

Por outro lado, no domínio profissional também estamos a tentar integrá-los para que possam criar dinâmicas de trabalho. Como sabem, também a este nível, já não há indiferenciados e as pessoas para entrar no mercado de trabalho têm de ter uma ação de formação complementar. Aqui o trabalho é feito através de uma equipa de moderadores, uma a nível nacional complementada com um moderador local Bruno Gonçalves. Este último, trabalha diretamente connosco na sensibilização para este tipo de ações, estruturando todo um plano que é partilhado e é construído com a comunidade, tendo em vista ultrapassar alguns obstáculos que possam dificultar essas políticas de inclusão.-----

Tem sido reconhecido este esforço e foi com grande satisfação também que o Município da Figueira da Foz ascendeu ao segundo lugar a nível do ranking nacional, com mais alunos no secundário.-----

Esta á uma daquelas políticas que se faz step by step. Demora os anos que for necessário, mas tem de se continuar.-----

O Município subscreveu o Manifesto por uma Floresta Não Discriminada e eu próprio ando agora em contactos para ver se estabelecemos e trabalhamos naquilo que é um Plano Municipal de Florestação.-----

Normalmente isso implica grandes discussões, às vezes pouco esclarecidas, e nós próprios bem como os nossos técnicos também não estamos dotados de todos os meios para muitas vezes adotar soluções.-----

Por isso, vai-se contratar uma equipa técnica para elaborar um esboço daquilo que possa ser um Plano Diretor Municipal nessa matéria, a ser depois discutido também nesta Assembleia Municipal por forma a recolher os vossos contributos.---

Não sei concretamente a que se refere quando falou dos apoios à Junta de Freguesia, mas são pontuais. Não é obrigatório virem a este órgão porque se inserem no âmbito das competências entre o Município e as Juntas de Freguesia.



De qualquer modo, a justificação será sempre o interesse público.-----
Quanto às salas do futuro, os 08 milhões de euros previstos no pacto regional foram reprogramados, e não advirão em toda a sua extensão, até porque existem vários planos de ação.-----
Estas salas surgem no âmbito das políticas de diagnóstico de crianças com dificuldades cognitivas a partir dos 5 anos. Para isso torna-se necessário detetar essas dificuldades o mais cedo possível, e, nesse sentido, celebrou-se um protocolo com a APPACDM.-----
Temos 27.000 euros negociados para todos os agrupamentos escolares, a partilhar também num dos planos de ação da comunidade intermunicipal. Cada município escolhe a sua solução, aquela que nós podemos construir é aquela que nos foi indicada, isto é, a dos agrupamentos escolares. Aqui estamos todos de acordo, em não ter material obsoleto ou que seja extremamente dispendioso e, portanto, parece ter sido alcançado um consenso ao nível dos agrupamentos para que se possam ter aqui quadros eletrónicos, um por cada escola.-----
Não podemos embarcar em grandes aventuras tecnológicas que rapidamente são descontinuadas. Toda a política de equipamento de material técnico é feita de acordo com as orientações e sobre a tutela dos diretores de agrupamento.-----
Quanto ao acesso ao documento final da Concessão de Exploração dos Parquímetros, com certeza que será facultado.-----
Quanto à questão dos espaços verdes, já por diversas vezes abordado nesta Assembleia Municipal, considerando e atendendo aos 64 hectares de zonas verdes para tratar, não é vantajoso do ponto de vista financeiro ou da qualidade de serviço, estar-se a fazer o aprovisionamento de mão de obra para os limpar a todos. Procede-se à concessão e exploração destas e de outras atividades por outsourcing quando se considera ser mais vantajoso.-----
Por outro lado, a Câmara Municipal não é propriamente uma instituição que tenha de ter pleno emprego para todas as áreas. Pode e deve contratar naquelas áreas que possam ser desenvolvidas e não impliquem perda de autoridade administrativa. É uma opção, se calhar, de carácter político, que nos diferencia de outras câmaras que fazem serviço recorrendo aos seus meios humanos mas, quem sabe, com menor qualidade.-----
A ratificação do ónus de reversão incidente sobre o prédio descrito na Conservatória na ficha 4245 da Freguesia das Alhadas tem interesse público e destina-se a assegurar a construção da coletividade do Pincho. Esta coletividade



cumpriu a sua função, por isso mesmo, não há que manter a cláusula de reversão uma vez que a obra está completa. Muitas vezes, isto é exigível para as próprias coletividades desenvolverem as suas políticas de financiamento junto da banca.-- A Piscina Mar é obra pública muito complexa. Fizeram-se vários concursos, felizmente, este teve resposta. Não prorrogamos o prazo porque não havia nenhuma relevância no pedido, quem o estava a solicitar já tinha apresentado uma proposta que manifestamente não nos pareceu que tivesse grande interesse, nem tão pouco preenchesse os requisitos. Não havia fundamentação para o efeito.----- Eu não vejo insatisfação da população quanto à Área de Reabilitação Urbana do Cabedelo. Há aqui ou acolá por vezes umas tomadas de posição do SOS Cabedelo mas, em contrapartida também há outras manifestações de acompanhamento. O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro que representa a população está e tem estado sempre ao nosso lado. Estas obras são uma reivindicação de décadas da população de São Pedro e, portanto, estamos a ir de encontro aos seus interesses.-----

Quanto aos novos espaços publicidade desconheço as queixas apresentadas pela deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, mas se me quiser dar nota eu agradeço, para depois poder analisar com os técnicos."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ E A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P., PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PROTEÇÃO COSTEIRA INTEGRADAS NO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO CABEDELLO E CABEDELINHO

Pelo Presidente da Câmara foi presente para análise e aprovação o Contrato Interadministrativo celebrado, em 18 de dezembro de 2018, entre o Município da Figueira da Foz e a Agência Portuguesa do Ambiente, tendo em vista a concretização do processo de cooperação técnica para a execução das obras de proteção costeira integradas no Projeto de Requalificação do Cabedelo e Cabedelinho, e a candidatura a financiamento no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Subjaz como razão à outorga deste contrato antes de ser presente a esta Assembleia Municipal, o facto da data e hora limites para submissão da



candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos ter sido fixada até às 18,00 horas do dia 28 de dezembro de 2018, e esta Assembleia Municipal só voltar a reunir em fevereiro de 2019.-----
Este contrato interadministrativo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 21 de dezembro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "O Movimento SOS Cabedelo, um Movimento que se tem destacado e bem pela luta da erosão costeira no Concelho, tem apresentado pretensões e sugestões sobre as obras de requalificação do Cabedelo. Quantas dessas pretensões foram abraçadas pelo Município e integradas neste projeto? Qual o valor total do projeto? Qual o valor a ser pago pelo Município da Figueira da Foz e qual o valor participado?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Não passa pela cabeça de ninguém que o grupo municipal do Partido Social Democrata não esteja a favor de quaisquer obras para benefício das comunidades. Cada um defendendo da forma como entende ser a mais justa, pretende que as obras beneficiem as populações.-----
Se em princípio, estamos todos de acordo em relação a isso, também é verdade que muitas vezes não estamos de acordo com a forma como elas são contratualizadas e estudadas.-----

Obviamente, a questão da erosão e da proteção costeira é algo que aflige o Concelho da Figueira da Foz e sobre o qual nós estamos todos preocupados.-----
Este contrato interadministrativo está inserido naquilo que é o projeto de requalificação do Cabedelo e do Cabedelinho, e era nesse sentido que eu gostava de lhe fazer três ou quatro perguntas.-----

Já aqui foi a florada a questão do Parque de Campismo. Vai encerrar? Quando encerrará? Vai ser substituído? Ou vai ser deslocalizado? Em que é que ficamos? -
O restaurante é para ser também demolido ou não? Para onde irá o restaurante? Quem paga as sucessivas alterações do projeto?-----
Isto dá ideia que o projeto foi lançado e as obras começaram sem que, afinal, se perceba exatamente o que deveria ser feito.-----
E, finalmente, a Praça do Cabedelo é para ficar ou para transformar? Para onde é que vai?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A primeira questão tem uma relação conexa com o contrato



interadministrativo e vem no prolongamento da atividade do Município em prol do interesse público.-----

Temos 3 milhões de metros cúbicos de areia na deriva, a cerca de quase uma milha da Praia da Claridade, e falta-nos areia a Sul. A Agência Portuguesa do Ambiente através de conversações que manteve com o Ministro do Ambiente predispôs-se, no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, a avançar com esta candidatura. A candidatura tem um valor de cerca de 20 milhões de euros, a taxa de esforço é de 15%, serão 3 milhões dos quais metade é participado pela Agência Portuguesa do Ambiente e a parte restante será partilhada entre o Município da Figueira da Foz e a Administração do Porto da Figueira da Foz. A taxa de esforço da câmara é cerca de 1.200 mil euros para os quatro anos-----

Esta deriva com qualquer tormenta tapa o canal, ou seja, este trabalho tem de ser feito e não tem qualquer implicação com o bypass, porque este nunca irá trabalhar uma deriva de uma milha.-----

A extração destes 03 milhões de metros cúbicos de areia projetados e depositados a sul, seria um excelente meio de combate à erosão costeira, aliás no âmbito das opções definidas pela Comissão Técnica do Centro Litoral, pelo Professor Duarte Santos, e apoiadas e acompanhadas por todos os ambientalistas.-----

Veria, pois, com grande satisfação a aprovação desta candidatura, no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, mitigando desta forma o problema da erosão costeira.-----

A requalificação do Cabedelo foi um só projeto e não teve alterações. Primeiro foi apresentado um projeto de candidatura e depois o projeto final. E o projeto final já contemplou todas as funções tecnicamente mais adequadas até para a prática do surf. Foi aí que se fizeram alguns ajustamentos, nomeadamente, no que diz respeito à Praça do Pintor Mário Silva, a qual não é mais que um aterro. Portanto, sendo um aterro e acolhendo aqui a sugestão do SOS Cabedelo, a nossa proposta foi retirar todo aquele aterro e fazer a proteção e o reforço dessa duna todo para trás, porque o mar não pode atingir o porto de abrigo.-----

Por isso, este projeto é uma adaptação necessária e a mais adequada para fazer a proteção de erosão costeira naquele espaço, sem alterar minimamente nem fazer qualquer ripagem.-----

Não quero o parque de campismo porque, como já referi diversas vezes, aquele espaço é demasiado nobre para ser ocupado como parque de campismo. Aquele local



deve ser a benefício de todos os cidadãos e de utilidade pública. Já há dois Parques de Campismo, um municipal e outro mais a sul, satisfazendo plenamente a procura.-----

A questão do restaurante não está tratada porque a Administração do Porto da Figueira da Foz não abre mão da concessão enquanto não tivermos um desígnio para aquele espaço.-----

Eu não me posso meter naquilo que são as opções da Administração do Porto da Figueira da Foz, embora a Ministra também já tenha dito que não quer ali um Parque de Campismo.”-----

O projeto para execução é claro, preciso, concreto e define os seus limites, portanto, foi aprovado e vai ser executado, não oferecendo quaisquer dúvidas.”--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista José Fernando Correia, Fernanda Marques Lorigo, e Susana Oliveira Monteiro, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º e art.ºs 116.º a 120.º, todos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 3 do art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, e dez votos contra dos membros do Partido Social Democrata, ratificar o ato de outorga do Contrato Interadministrativo celebrado entre o Município da Figueira da Foz e a Agência Portuguesa do Ambiente, IP, tendo em vista a concretização do processo de cooperação técnica para a execução das obras de proteção costeira integradas no Projeto de Requalificação do Cabedelo e Cabedelinho, e a candidatura a financiamento no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, convalidando todos os atos e efeitos anteriores e subsequentes ao mesmo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES apresentou a seguinte declaração de voto: “Não obstante considerar que este problema tem de ser rapidamente resolvido para o bem daquela população, a Coligação Democrática Unitária absteve-se, neste ponto, por



entender que não está suficientemente esclarecida relativamente a todo este processo e ao contrato interadministrativo.”-----

5.2 - PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS RESPEITANTES AOS PROCEDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA, LICENCIAMENTO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO POR MOTIVO DE OBRAS, CUJOS DANOS TENHAM SIDO PROVOCADOS PELA TEMPESTADE LESLIE - CONDOMÍNIO DO PRÉDIO DO LARGO DOS PESCADORES, N.º 7/8 - LEIROSA - MARINHA DAS ONDAS

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a isenção de taxas respeitantes aos procedimentos de comunicação prévia, licenciamento e ocupação do espaço público, por motivo de obras em consequência de danos provocados pela tempestade Leslie, ao condomínio do prédio sito no Largo dos Pescadores, n.º 7/8, Leirosa, na freguesia de Marinha das Ondas, e a todas as situações idênticas já referenciadas nos serviços municipais, bem como, o alargamento excecional da abrangência desta isenção, pelo período de doze meses contados da data da aprovação desta proposta pela Assembleia Municipal, a todos os munícipes que apresentem documentação sobre os danos ocasionados pela passagem da referida tempestade.-----

Esta proposta tem subjacente o facto do Regulamento Urbanístico do Município da Figueira da Foz, em vigor, relativamente às isenções, dispensa e reduções de taxas ser omissas quanto a este tipo de situações.-----

Esta proposta de isenção de taxas foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 21 de dezembro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Esta proposta de isenção do pagamento das taxas diz respeito a obras de um determinado condomínio, e a Coligação Democrática Unitária quer saber se a isenção proposta é só para este processo específico ou se será extensível a todas as situações de obras em consequência de danos provocados pela tempestade Leslie?-----

Já agora e porque estamos a falar da Tempestade Leslie, gostaria de dizer ao deputado municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Tavarede que a Coligação Democrática Unitária se preocupou muito relativamente a esta questão do Leslie. Fizemos várias reuniões e não vale a pena estar a dizer quais foram, porque elas foram públicas. Portanto, só para dizer que as generalizações são



sempre perigosas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Obviamente que esta proposta de isenção será extensível a todas as situações de comunicação prévia e pedidos licenciamento e ocupação do espaço público por motivo de obras em consequência de danos provocados pela tempestade Leslie, já referenciadas ou que venham a ser referenciadas nos serviços municipais pelo período de doze meses contados da data da aprovação desta proposta em sede de Assembleia Municipal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Seria talvez interessante, que é uma palavra que se gosta muito de usar agora, saber-se se todos aqueles apoios da administração central que iriam ser transferidos, o foram e qual a sua dimensão.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Esta proposta só tem a ver com taxas camarárias.-----
A Câmara Municipal tem estado a adiantar os apoios todos. Posteriormente, contabilizará com a Administração Central relativamente ao fundo de emergência municipal, aos apoios às coletividades que irão ser adiantados agora, e a outros apoios por conta da Secretaria de Estado da Educação.-----
Esta foi a opção do Município, com sacrifício do seu orçamento, por entender ser de extrema necessidade repor tudo rapidamente, todas as infraestruturas de interesse público a favor da comunidade.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista José Fernando Correia e Susana Oliveira Monteiro, e do Partido Social Democrata Leila Fidalgo Ferreira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, art.º 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, e art.º 20.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, todas na sua última redação, deliberou, por unanimidade:-----

1 - Isentar o condomínio do prédio sito no Largo dos Pescadores, n.º 7/8, Leirosa, freguesia de Marinha das Ondas, do pagamento das taxas devidas pelos procedimentos de comunicação prévia, licenciamento e ocupação do espaço público,



por motivo de obras em consequência de danos provocados pela tempestade Leslie; -
2 - Aplicar esta isenção do pagamento das taxas devidas pelos procedimentos de comunicação prévia, licenciamento e ocupação do espaço público, por motivo de obras em consequência de danos provocados pela tempestade Leslie, a todas as situações já referenciadas nos serviços municipais; -----

3 - Alargar excecionalmente a abrangência desta isenção, pelo período de doze meses contados da data da aprovação desta proposta em sede de Assembleia Municipal, a todas as situações em que os munícipes apresentem documentação sobre os danos ocasionados pela passagem da referida tempestade. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.3 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA - REFEIÇÕES ESCOLARES E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA/PROLONGAMENTO DE HORÁRIO

Pelo Presidente da Câmara foi proposto para análise e aprovação o Regulamento de Serviços de Apoio à Família - Refeições Escolares e Atividades de Animação e Apoio à Família/Prolongamento de Horário, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata. ----- Acresce, ainda, que todo este processo foi precedido de consulta pública nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, não tendo sido recebidas quaisquer sugestões ou reclamações por parte de nenhum interessado. -----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 07 de janeiro de 2019. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação. -----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista José Fernando Correia e Susana Oliveira Monteiro, e do Partido Social Democrata Leila Fidalgo Ferreira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do art.º 241.º da Constituição da República Portuguesa, e alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Serviços de Apoio à Família - Refeições Escolares e Atividades de Animação e Apoio à Família/Prolongamento de Horário. -----



Deliberação aprovada em minuta. -----

5.4 - CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DO CENTRO ESCOLAR DE BOM SUCESSO - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a abertura de um procedimento de concurso público, para a empreitada do "Centro Escolar de Bom Sucesso", pelo prazo de execução de dez meses, cujo valor de despesa estimada é de 1.070.229,46 € (um milhão, setenta mil duzentos e vinte e nove euros e quarenta e seis cêntimos), acrescido de IVA no montante de 64.217,97 € (sessenta e quatro mil duzentos e dezassete euros e noventa e sete cêntimos), perfazendo o valor global de 1.134.517,43,00 € (um milhão cento e trinta e quatro mil quinhentos e dezassete euros e quarenta e três cêntimos).-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 21 de janeiro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Libânia Ribeiro Pires.-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES: "Muito dificilmente a Coligação Democrática Unitária poderá concordar com a instalação de centros escolares.-----

Como sabem, estes centros levam ao encerramento de várias escolas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância, o que faz com que inevitavelmente se acabe com os últimos focos de cultura e educação nas zonas mais periféricas.-----

Já para não falar da questão pedagógica, que pelo menos aqueles que trabalham diariamente com as crianças devem pressupor, de termos crianças com 06 a 10 anos juntamente com crianças de 03 a 05 anos. Obviamente que pedagogicamente isto não é o mais correto ou o mais aceitável.-----

Para além disso, questiono se estamos aqui a votar a assunção dos encargos plurianuais?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "O Partido Social Democrata entende que os investimentos públicos têm de ser efetuados de forma cuidadosa séria, consciente e capaz. E assim é nosso entendimento, nesta matéria como noutras, que deve ser feito em primeiro lugar o estudo económico e social para se aferir o impacto de tal medida no meio populacional em que se insere.-----

Feito este estudo, e porque estamos a falar do avultado investimento feito com o dinheiro de todos nós, deverão ser ouvidas as comunidades escolares, os presidentes das juntas das áreas limítrofes e até porque não as assembleias de



freguesia, de forma a que a decisão tenha o maior apoio possível e que sirva efetivamente para ajudar e colocar os cidadãos felizes.-----
Ora, no caso concreto, não se vislumbra qualquer estudo. Não foi ouvida a comunidade escolar. Não foram ouvidos os presidentes de junta, pelo menos das freguesias limítrofes. Não foram ouvidas as assembleias de freguesia. Não foi feito sequer um levantamento às condições de qualidade dos edifícios escolares das Freguesias de Bom Sucesso e limítrofes, a fim de verificar da bondade desta proposta.-----

Aliás, comportamento habitual do Presidente e vereação socialista, que salvo opinião diversa, de prática socialista nada têm, são os detentores da razão e da sabedoria pelo que não precisam de ouvir ninguém, lamentavelmente.-----

O Presidente da Câmara sabe indicar a esta assembleia qual é o número previsível de crianças com idade escolar que irão frequentar este centro escolar, e as escolas das freguesias de Ferreira-a-Nova e de Moinhos da Gândara nos próximos 05 anos? Preocupou-se com isso?-----

É que este conhecimento pode e deve influenciar a decisão. O Presidente e a vereação socialista querem uma educação de ensino básico de proximidade ou preferem concentrá-la numa freguesia e obrigar aos alunos das outras freguesias a deslocarem-se para o Bom Sucesso? E há estudos para os transportes? Qual o custo?-----

Com o devido respeito e com toda a humildade sugiro ao Presidente da Câmara e à Vereação socialista que suspenda tal obra até serem feitos todos os estudos necessários à sustentação da mesma. E caso os referidos estudos comprovem a sua necessidade, pois então que se construa o Centro Escolar do Bom Sucesso e o Partido Social Democrata apoiará.-----

Se optarem mais uma vez pela soberba, com certeza teremos mais uma obra de fachada, com intuitos eleitoralistas que os figueirenses irão ter de suportar para que alguém fique satisfeito momentaneamente, como aliás, o Partido Socialista gosta de fazer."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Carlos Neves Batata.-----

CARLOS NEVES BATATA: "Eu queria perguntar porque é que as crianças do Bom Sucesso não hão de ter as condições que as outras têm nas freguesias delas?-----
Hoje vem para aprovação nesta assembleia uma obra importante para a minha freguesia. Antes de mais, agradeço o empenho do executivo camarário neste



projeto. É uma obra há muito desejada pelos habitantes da Freguesia do Bom sucesso. A remodelação da escola do Bom sucesso é tanto necessária como justa. Os nossos alunos merecem uma escola com melhores condições, já que a que está em funcionamento pertence ao plano dos centenários, sem nunca ter beneficiado de obras de remodelação significativas. Os fregueses de Bom Sucesso aguardam com expectativa a concretização da obra.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “O Presidente da Junta do Bom Sucesso já disse quase tudo, mas efetivamente, e contrariamente às palavras do deputado municipal Manuel Rascão Marques, houve uma concertação com os encarregados de educação para a instalação desta escola, que relembro a esta Assembleia, era uma escola não elegível que estava para fechar tal como a da Marinha das Ondas, no governo do Partido Social Democrata.-----

Portanto, a escola do Bom Sucesso agora recuperada e transformada em Centro Escolar, é uma vitória de todos nós. Portanto, o grupo municipal do Partido Socialista não pode deixar de se congratular por esta obra.-----

Obviamente o bom é inimigo do ótimo. O ótimo seria ter uma escola com estas condições em cada freguesia, em cada lugar, mas isso não é possível. Com toda a certeza a escolha deste local centralizou a vontade dos pais daquela zona e será o melhor para as crianças daquela região.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Libânia Ribeiro Pires.-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES: “Não está em causa a construção ou remodelação de uma escola do 1.º Ciclo. Aliás, a Coligação Democrática Unitária será sempre a favor da remodelação dos equipamentos neste momento ao dispor das crianças, assim como da construção de novos equipamentos.-----

O que está em causa é concentrar aqui um número de crianças com idades e grupos heterogéneos diferentes no mesmo espaço. Depois, como devem calcular estamos a falar de Centros Escolares por norma com mais de 100 crianças ou à volta de 100 crianças, colocar-se-á a questão dos funcionários que ali irão trabalhar. Teremos, por exemplo, um assistente operacional para essas 100 crianças no espaço do recreio? Como devem calcular pedagogicamente é insustentável.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Assumimos este e outros projetos nomeadamente em São Pedro, Tavadede, Marinha das Ondas, beneficiação das Escolas Cristina Torres e, Bernardino Machado.-----



Não são obras de fachada, são obras de absoluta necessidade a benefício da requalificação do Parque Escolar. Esta é a última depois de um longo trabalho feito com os técnicos da Divisão de Educação e da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, por onde já passaram todos os espectros políticos.-----

Não se pode dizer que não seja absolutamente transversal e consensual, porquanto, escrutínio houve, partilha houve e regras também há. Há o cumprimento de regras elementares de caráter pedagógico para ação educativa. Não há nenhuma carta municipal, nem nenhum manual pedagógico que aconselhe que as escolas não tenham um mínimo de alunos para que eles possam beneficiar de uma boa educação. - Uma escola para cada núcleo urbanístico seria uma catástrofe em termos de aprendizagem, e é isso que as boas regras de orientação escolar, os melhores manuais e até a nossa carta perspetiva. Tivemos o parecer prévio da Direção Regional de Ensino e a chancela da tutela para proceder a esta obra, com um ganho claro para todos os cerca de 98 alunos que possam a vir ocupar o Centro Escolar de Bom Sucesso.-----

Evitará a deslocação dos alunos de Bom Sucesso para a Tocha como tem vindo a acontecer até agora. Portanto, este Centro Escolar está pedagogicamente justificado, partilhado, discutido, querido e assumido pelas assembleias de freguesia, razões suficiente para nós aqui orgulhosamente apresentarmos este projeto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Realmente fiquei consciente de que não há estudos, porque se houvesse estudos eles tinham acompanhado a proposta.----- Além disso, não me foi respondido o número de alunos. Vamos investir 01 milhão de euros e quem é que garante que o número de alunos daqui a 05 ou 10 anos vai ser o suficiente para sustentar aquele investimento.-----

Não há esse estudo também aqui, se houver não chegou ao pé de nós e, portanto, continuamos a ter as dúvidas. Não somos contra a construção duma escola, se calhar, deveríamos preocupar-nos, por exemplo, com a requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo do Castanheiro que está mal, e recuperar a Escola do Bom Sucesso, pô-la como deve ser. Agora, fazer um Centro Escolar não nos parece que esteja devidamente fundamentado para que a mesma vá para a frente, como aliás ficou provado pela resposta que o Presidente da Câmara deu."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "Parece claro que o deputado municipal Manuel Rascão Marques não quer acompanhar esta proposta para 91 alunos, que foi discutida, partilhada pedagogicamente e suficientemente justificada."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Susana Oliveira Monteiro, e do Partido Social Democrata Leila Fidalgo Ferreira, sob proposta da Câmara e ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Bloco de Esquerda e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Partido Social Democrata Célia Querido Oliveira, e dez votos contra dos restantes membros do Partido Social Democrata e dos membros da Coligação Democrática Unitária, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com a celebração do contrato desta empreitada pelos anos económicos de 2019 e 2020, os quais não poderão exceder:-----

- Ano económico de 2019 - 360.000,00 € (trezentos e sessenta mil euros), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

- Ano económico de 2020 - 774.517,43 € (setecentos e setenta e quatro mil quinhentos e dezassete euros e quarenta e três cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES apresentou a seguinte declaração de voto: "O Partido Social Democrata votou contra a abertura do Concurso Público para a Construção do Centro Escolar do Bom sucesso, unicamente, repito unicamente, porque não foi devidamente fundamentada a sua necessidade por parte da vereação socialista, nem foram ouvidas as comunidades escolares nem os presidentes das juntas de freguesia limítrofes, havendo justo receio de que esta obra não venha a servir os interesses da população que pugna por um ensino de proximidade, evitando custos acrescidos para as populações não residentes no Bom Sucesso."-----

CÉLIA QUERIDO OLIVEIRA apresentou a seguinte declaração de voto: "Como vizinha da freguesia do Bom Sucesso, se calhar, sou das pessoas que melhor conhece as faltas de condições das escolas dessa freguesia. Não me oponho a que as crianças



de Bom Sucesso tenham melhores condições para estudar ou, pelo menos, similares às existentes na escola da minha freguesia.

Só que, infelizmente, a escola da minha freguesia foi intervencionada há seis anos atrás, com muito investimento e, entretanto, vai encerrar por falta de crianças, não é por falta de outra coisa.

Portanto, eu acho que estes estudos, estas certezas e estas planificações deviam ser um pouco mais detalhadas, porque implica dinheiro público, dinheiro meu como cidadã. A minha abstenção deve-se apenas a isso, como já me tinha justificado ao meu colega de Bom Sucesso."-----

5.5 - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE TERRENO SITO EM BRENHA, FREGUESIA DE ALHADAS

Pelo Vice-Presidente foi proposta a atualização do inventário relativamente à dominialidade do terreno afeto ao domínio privado, destinado à construção de equipamento social, localizado junto ao Largo da Igreja, em Brenha, inscrito a favor do Município da Figueira da Foz na matriz predial urbana da freguesia de Alhadadas sob o artigo 962 e descrito na Conservatória de Registo Predial da Figueira da Foz na ficha n.º 1626 de Brenha, o qual com a requalificação do Largo da Igreja passou a ter um uso público, afetando-o, agora, ao domínio público municipal.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 04 de fevereiro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Libânia Ribeiro Pires.-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES: "Como disse, anteriormente, a Coligação Democrática Unitária irá sempre defender a implantação e manutenção da defesa dos edifícios escolares, neste caso, obviamente, Jardins de Infância. Mas pergunto se a população infantil de Brenha justifica a existência de dois jardins de infância, porta a porta, ou se vamos assistir a mais um exercício de gueto social?----- Por não perceber muito bem a finalidade a Coligação Democrática Unitária abster-se-á na votação deste ponto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Muito rapidamente, há certos domínios da autarquia que têm a natureza de terrenos privados, por exemplo, quando sucedemos nalguma propriedade que seja de natureza privada.----- Aqui estamos a pegar na parcela de terreno que é privada e a afetá-la ao domínio público, conferindo-lhe mais utilidade pública."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Social Democrata Leila Fidalgo Ferreira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com trinta e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, duas abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, afetar ao domínio público municipal o terreno inscrito a favor do Município da Figueira da Foz na matriz predial urbana da freguesia de Alhadass sob o artigo 962 e descrito na Conservatória de Registo Predial da Figueira da Foz na ficha n.º 1626 de Brenha, o qual com a requalificação do Largo da Igreja passou a ter um uso público.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.6 - PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ, A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P. E A ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ, S.A. - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS

Pelo Presidente da Câmara foi proposto a celebração de um Protocolo entre o Município da Figueira da Foz, a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e a Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A., tendo em vista definir o processo de cooperação técnica e financeira relativo ao aproveitamento dos inertes resultantes de dragagem de uma barra submersa localizada a Norte da barra do Porto da Figueira da Foz, e reposição dos sedimentos a Sul, para recarga do troço de Costa através da colocação na zona emersa das praias, bem como, a assunção dos encargos plurianuais decorrentes da sua celebração, dando-se aqui por integralmente reproduzido o referido Protocolo, o qual constitui o anexo número três à presente ata.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 18 de fevereiro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----



A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Social Democrata Leila Fidalgo Ferreira, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, e sem votos contra, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com a celebração do Protocolo entre o Município da Figueira da Foz, a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e a Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A., tendo em vista definir o processo de cooperação técnica e financeira relativo ao aproveitamento dos inertes resultantes de dragagem de uma barra submersa localizada a Norte da barra do Porto da Figueira da Foz, e reposição dos sedimentos a Sul, para recarga do troço de Costa através da colocação na zona emersa das praias, pelos anos económicos de 2019 a 2023, os quais não poderão exceder:-----

- Ano económico de 2019 - 12.530,63 € (doze mil quinhentos e trinta euros e sessenta e três cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

- Ano económico de 2020 - 13.107,19 € (treze mil cento e sete euros e dezanove cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----

- Ano económico de 2021 - 1.167.889,80 € (um milhão cento e sessenta e sete mil oitocentos e oitenta e nove euros e oitenta cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----

- Ano económico de 2022 - 11.396,72 € (onze mil trezentos e noventa e seis euros e setenta e dois cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----

- Ano económico de 2023 - 5.856,91 € (cinco mil oitocentos e cinquenta e seis euros e noventa e um cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.7 - DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TENDO POR OBJETO A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a aceitação expressa da transferência de competências para os órgãos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, em matéria de promoção turística interna sub-regional, justiça, projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento, rede de



Quartéis de Bombeiros Voluntários e programas de apoio às corporações de Bombeiros Voluntários, consagradas nos diplomas setoriais - Decretos-Lei 99/2018, 101/2018, 102/2018 e 103/2018 - que determinam a forma de aplicabilidade e eficácia dessa transferência.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 18 de fevereiro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "O Partido Social Democrata é um partido reformista e sempre teve a sua força nas autarquias, e por as conhecer bem, propôs ao Partido Socialista um acordo descentralização.-----

Infelizmente, tal acordo não foi cumprido na sua totalidade o que se lamenta. Para o Partido Social Democrata a descentralização é fundamental para aproximar os cidadãos das decisões, permitindo uma melhor qualidade dos serviços prestados às populações. A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra é uma associação de Municípios, logo os poderes dos municípios são coordenados pela mesma.-----

Não somos contra esta transferência de competências que estamos agora a analisar, mas temos dúvidas, porquanto decorridos que foram sete anos com o Senhor Presidente à frente dos destinos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, ainda não vimos qualquer obra estruturante, não sentimos qualquer benefício para o nosso Município. Será por culpa de quem dirige? Será por culpa do Governo socialista? Será porque é necessário fazer ajustes legislativos no sentido de colocar esta comunidade a funcionar?-----

É, no entanto, necessário que fique claro que não possuímos qualquer informação financeira para saber se o envelope financeiro que deve sempre acompanhar a transferência de competências é suficiente ou não. Que no futuro o não cumprimento destas competências por falta de meios, nunca poderá ser assacada ao Partido Social Democrata e que responsabilizaremos veementemente os verdadeiros responsáveis."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Cumpre-me aqui felicitar a coragem e o denodo com que esta edilidade assume o encargo e a aposta socialista de descentralização. Muitos já prometeram mas, efetivamente, há sempre engulhos, o problema do envolvimento financeiro, o problema de não respeitarem, de não quererem, e de aguardarmos.-----



Há anos que aguardamos a descentralização. Finalmente, algumas pessoas terão alguma visão e penso que isso será uma visão de futuro seja qual for o partido. - É importante descentralizar. A Europa solicita e propõe aos países aderentes que caminhem neste trilho, portanto, provavelmente, há aqui alguns discursos que estão desfasados entre a Europa e Portugal e Portugal Europa. Não sei, porque é que queremos representantes na Europa, porque, se calhar, eles lá defendem uma coisa e depois aqui engulham noutra.-----

Portanto, é muito importante este propósito assumidamente político e administrativo, e enquanto cidadão deste país, deste concelho, estou perfeitamente de acordo com aquilo que esta edilidade e esta vereação estão a assumir.-----

É preciso coragem e eu reconheço essa coragem. Pela primeira vez, acabaram-se os homens do Restelo, os velinhos do Restelo mantenham-se no seu campo, mas desta maneira, temos aqui as pessoas que com denodo, com princípios da democracia e da luta da proximidade e de respeito pela dignidade dos seus cidadãos, assumem de forma clara que é necessária a descentralização."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Luis Mendes Ribeiro.-----

LUIS MENDES RIBEIRO: "Eu relativamente a esta questão gostaria, um pouco na linha do deputado municipal Fernando Martins Lopes mas, num registo um pouco mais prudente, de salientar que o Município da Figueira da Foz pela organização financeira que tem e pelo trabalho desenvolvido por esta vereação, tem todas as condições para que esta descentralização funcione.-----

Ela terá todas as condições para funcionar no âmbito da Educação e da Saúde, aqueles que se afiguram mais problemáticos, mas nos quais eu deposito esperança de que com esta descentralização se verifique uma efetiva melhoria do serviço público prestado. E na minha opinião, a nossa Câmara Municipal tem todas as condições para o fazer."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Com todo o respeito pelas intervenções feitas, eu não quero ser veiculado a uma decisão, onde houve votação, quando se está discutir outra coisa.-----

O ponto é a descentralização administrativa tendo por objeto a transferência de competências da Administração Central para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. É isso que vamos votar.-----

Portanto, com todo o respeito pelas intervenções, eu não me revejo a votar



alguma coisa sobre a qual não fui convidado a votar. Isto para que fique bem claro aquilo que nós estamos a decidir e o sentido de voto da bancada do Partido Social Democrata nesta matéria."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Fernando Correia.-----

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Um pouco no sentido da intervenção do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, mas com menos acrimónia."-----

Verdadeiramente aquilo que está colocado à consideração desta assembleia é a delegação, vou chamar-lhe assim, para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra de um conjunto de competências oriundas da Administração Central. E o racional de base dessa passagem para as comunidades intermunicipais deste conjunto de políticas é, fundamentalmente, uma questão de escala. É saber em que escala é que determinado grupo de políticas públicas funciona melhor.-----

O entendimento que o Governo e a União Europeia têm, isso está muito nas regras do Portugal 2020 e se calhar virá a estar nas regras do Portugal 2030, é que certas políticas públicas, e muitas daquelas quatro áreas que aqui estão em apreço, se executam melhor numa escala sub-regional, justamente a escala das Comunidades Intermunicipais ou das Áreas Metropolitanas.-----

Talvez valesse a pena concentrarmo-nos mais nisto, que é aquilo que somos convocados a decidir, do que propriamente numa teorização genérica sobre os problemas gerais de descentralização."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A primeira intervenção tem claramente o propósito de atacar o presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Cá está ele pois então."-----

Não será propriamente em defesa da honra, mas dir-lhe-ei deputado municipal Manuel Rascão Marques que mais do que o seu apoio estimo muito o apoio dos cinco Presidentes de Câmara do Partido Social Democrata que trabalham comigo na comunidade Intermunicipal. E uma das vice-presidências é precisamente do Partido Social Democrata. Trabalhamos em conjunto de uma forma elevada, dando absoluta prioridade aquilo que nós achamos que é a relevância do interesse público. Portanto, esse aspeto político-partidário, é uma questão que ao nível da Comunidade Intermunicipal está perfeitamente secundarizada.-----

Manifesto alguma surpresa por isto ser, de facto, uma das poucas políticas públicas onde há consenso entre Partido Socialista e o Partido Social Democrata, portanto, com certeza, estará a falar talvez na sua posição pessoal e não



propriamente da posição do Partido Social Democrata perante a Comunidade Intermunicipal.-----

Estamos a desenvolver e no plano de ação vamos executar mais de 54 milhões de euros de obra pública em toda a região, 06 milhões ao nível da modernização administrativa, 04,5 milhões no combate ao insucesso escolar, 05 milhões no âmbito da eficiência energética. Há vários projetos a que nos candidatámos autonomamente e à margem do pacto regional no âmbito da proteção civil, 01,5 milhão no âmbito da promoção turística que já está em curso e esta é uma das competências agora atribuída à comunidade intermunicipal, e que paradoxalmente não consta no âmbito das competências das autarquias. Parece estranho, mas é verdade.-----

Vamos assumir muitas e variadas competências ao nível da mobilidade e transportes e pretendemos apresentar a médio prazo várias soluções de transporte. Tudo isto em franca colaboração com os Presidentes de Câmara do Partido Social Democrata da área da nossa região.-----

Em relação à questão colocada pelo deputado municipal Luis Mendes Ribeiro não faz qualquer sentido, porque esta competência ou se exerce em bloco ou não é centralizada porque precisa de dimensão, e nós estamos aqui a falar de Justiça, da rede de Julgados de Paz, isto é, de políticas integradas de prevenção ao crime, à toxicodependência ou à violência doméstica.-----

Na promoção do turismo, estamos a falar de uma candidatura de 01,5 milhão de euros para a região e a Figueira da Foz só tem a ganhar com isso. Continuamos autonomamente a afirmar os nossos planos de turismo mas, estar incluída na região como está no Plano Nacional de Turismo, faz todo o sentido.-----

No âmbito da proteção civil integrá-la principalmente na proteção à floresta, estamos a falar de equipamento pesado, equipamento que não faz sentido que seja atribuído a um só município. Temos várias brigadas florestais para tentar cobrir o território. Estamos pela primeira vez a ter uma política integrada de defesa da floresta. Afirmar-se que o município autonomamente o pode fazer, são visões destas que a União Europeia não aceita e o caminho da Europa e das regiões garante-nos a sustentabilidade de muitos projetos e de muitas políticas públicas. Portanto, nestes quatro domínios, eu estou absolutamente seguro de que esta é uma boa solução."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----



MANUEL RASCÃO MARQUES: "Lamento que o Presidente da Câmara não tenha ouvido com atenção o que eu disse, mas fico satisfeito por ouvir falar em tantos milhões e mais fico satisfeito, pelo facto de o ano zero do turismo, que Vossa Excelência disse há uns anos atrás, ir passar a ser o ano um."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Social Democrata Leila Fidalgo Ferreira, sob proposta da Câmara e em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 30.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do Bloco de Esquerda, e dois votos contra da Coligação Democrática Unitária, manifestar a sua concordância expressa à aceitação da transferência de competências para os órgãos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, em matéria de promoção turística interna sub-regional, justiça, projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento, rede de Quartéis de Bombeiros Voluntários e programas de apoio às corporações de Bombeiros Voluntários, consagradas nos diplomas setoriais - Decretos-Lei 99/2018, 101/2018, 102/2018 e 103/2018 - que determinam a forma de aplicabilidade e eficácia dessa mesma transferência.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES apresentou a seguinte declaração de voto: "A Coligação Democrática Unitária vota contra porque isto não é a regionalização é uma coisa diferente. A Coligação Democrática Unitária tem direito a ter a sua opinião e toda a gente sabe que é contra este processo, pelo menos, da forma como está a ser feito.-----

A ver vamos, daqui a uns anos, o que vai acontecer porque os governos do Partido Socialista e do Partido Social Democrata descaracterizaram isto tudo, e agora querem fazer-nos crer que vão fazer mais e melhor. Esperemos que sim, estamos cá para ver."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Luis Mendes Ribeiro.-----

LUIS MENDES RIBEIRO: "Só para que fique em ata. O Presidente da Câmara referiu uma questão colocada por mim, mas eu não tinha referido tal questão.



Possivelmente, estaria a responder ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.”

5.8 - INCORPORAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DE 2018, NO MONTANTE DE 8.932.085,93 €, NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2019 E MAPA DE FLUXOS DE CAIXA RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2018, RATIFICADO NA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE 21 DE JANEIRO 2019

Pelo Presidente da Câmara foi presente para aprovação o Mapa de Fluxos de Caixa referente ao exercício de 2018 e a aplicação no Orçamento Municipal de 2019 do saldo apurado, no valor de 8.932.085,93 €, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.--- Este Mapa integra os documentos de prestação de contas, todavia o Regime Jurídico de Contabilidade Pública, na sua redação atual, já não condiciona a aplicação do saldo de gerência à aprovação da prestação de contas e permite a sua incorporação no Orçamento Municipal com a aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa da gerência do exercício anterior.-----

Este processo foi apreciado e votado nas reuniões de Câmara de 21 de janeiro e 18 de fevereiro, ambas de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Social Democrata Leila Fidalgo Ferreira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas do ponto 2.6.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua última redação, e alínea 1) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Fluxos de Caixa referente ao exercício de 2018 e a aplicação no Orçamento Municipal de 2019 do saldo apurado no valor de 8.932.085,93 € (oito milhões novecentos e trinta e dois mil oitenta e cinco euros e noventa e três cêntimos).-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.9 - 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2019

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata.---- Esta revisão tem subjacente a aplicação no Orçamento de 2019 do saldo apurado na



Gerência de 2018, no valor de 8.932.085,93 €, a inscrição de algumas dotações previstas nas Grandes Opções do Plano de 2019 como «Financiamento não definido», com alguns ajustes necessários, e ainda, o reforço de várias rubricas de despesa corrente, atendendo aos encargos que se preveem realizar no exercício.----- Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 18 de fevereiro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Apenas para solicitar alguns esclarecimentos. Quando começará e o que é pretendido no projeto requalificação do Jardim municipal? Em que irá consistir a plataforma de comunicação turística integrada? E já agora, gostaria de saber o ponto de situação acerca da remodelação do Estádio Municipal José Bento Pessoa, uma vez que foi veiculada na comunicação social que uma das empresas concorrentes teria reclamado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Há muito tempo que se reclama uma intervenção no Jardim Municipal e agora com os danos, alguns irreparáveis, causados pelo Leslie, entendeu-se ser o tempo oportuno para a fazer. Muito brevemente será apresentado o projeto.-----

Quanto à questão da plano integrado de turismo, temos dois planos integrados para além do nosso próprio plano de promoção que entrará agora em execução. Julgo que estará também a falar na dotação no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra para a promoção do Surf e de outras atividades.-----

O estádio Bento Pessoa tem uma intervenção prevista, foi adjudicada, e agora houve uma impugnação. Eu discordo perfeitamente desta alteração do Código da Contratação Pública por acreditar que as instituições públicas trabalham de boa-fé. Portanto, qualquer impugnação numa adjudicação tem efeito suspensivo.----- Antigamente, o Estado podia atuar e intervir em prol de interesses públicos à revelia de qualquer concurso. Mas, o novo regime da contratação pública permite isto mesmo.-----

Nós não tivemos, por exemplo, uma representação condigna na Feira Internacional de Turismo porque o Turismo de Portugal viu impugnado o concurso para a manifestação da sua presença.-----

Hoje qualquer particular em 5.º ou 6.º lugar no concurso impugna e para a obra. Eu discordo, tem direito à impugnação, eventualmente poderá ter direito a uma



indemnização à posteriori, mas o interesse público não devia parar só pela impugnação.-----

Pediu-se o embargo do efeito suspensivo e o Tribunal entendeu e bem, na minha perspetiva, não haver nenhum prejuízo absolutamente irreparável, e a seu tempo haverá uma decisão. Eu espero que essa decisão se venha a obter dentro do prazo razoável de três ou quatro meses. Por isso, antes de setembro não teremos obra no Estádio José Bento Pessoa. Entretanto, o Estádio será utilizado para eventos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Social Democrata Leila Fidalgo Ferreira, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com trinta votos a favor dos membros do Partido Socialista, do Partido Social Democrata Maria Margarida Fontoura, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e dez votos contra dos restantes membros do Partido Social Democrata e dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019, visando a aplicação no Orçamento de 2019 do saldo apurado na Gerência de 2018, no valor de 8.932.085,93 €, a inscrição de algumas dotações previstas nas Grandes Opções do Plano de 2019 como «Financiamento não definido», com alguns ajustes necessários, e ainda, o reforço de várias rubricas de despesa corrente atendendo aos encargos que se preveem realizar no exercício.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.10 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2019

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alteração ao Mapa de Pessoal de 2019 da Câmara Municipal da Figueira da Foz, nele se criando quatro postos de trabalho de Técnico Superior, três deles em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, e o outro em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo incerto, dois postos de trabalho de Assistente Técnico em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo, e dois postos de trabalho de assistente operacional em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo, documento



que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Esta proposta fundamenta-se na urgente necessidade de reforçar as equipas das Divisões de Cultura, de Turismo, Desenvolvimento Económico e de Educação e Assuntos Sociais, no tocante aos lugares de assistente técnico e assistente operacional. Quanto aos lugares de Técnico Superior têm subjacentes o colmatar da lacuna existente na área de dietética e nutrição respeitante ao acompanhamento das refeições escolares, e a concretização da mobilidade intercarreiras de três trabalhadores afetos aos Departamentos de Administração Geral e Finanças e de Obras Municipais e Ambiente.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 18 de fevereiro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Relativamente à contratação do técnico superior, a Coligação Democrática Unitária pergunta se o Município verificou previamente se internamente existiriam trabalhadores em condições de ocupar aquele lugar.-----
O técnico superior proposto para a Divisão de Educação e Assuntos Sociais configura uma nova contratação ou é uma mobilidade de algum trabalhador/trabalhadora com perfil e exigências necessárias à função? Perguntamos também, como inquirimos já anteriormente, se foram colocados nas categorias a que têm direito os trabalhadores que esperavam o acesso que lhes era devido?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Tínhamos anteriormente uma visão restritiva da requalificação. Depois de feitas as necessárias consultas considero que, de facto, havia situações de alguns colaboradores que podiam ser requalificados. E essa justiça foi reposta e hoje temos uma maior abrangência no âmbito da requalificação.-----

Portanto, todos os técnicos superiores que têm trabalho desenvolvido e competências técnicas para a requalificação foram requalificados. De facto, não teriam que estar necessariamente no desempenho das funções para serem requalificados.-----

Quanto a este Técnico Superior não há meios humanos internos, trata-se de um lugar para nutricionista e, portanto, são necessidades devidamente justificadas. É provável que a próxima revisão até seja muito ampla, porque eventualmente,



teremos também de fazer a necessária adaptação dos meios técnicos para as competências que vamos assumir.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, e Partido Social Democrata Leila Fidalgo Ferreira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2019, nele se criando quatro postos de trabalho de Técnico Superior, três deles em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, e o outro em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo incerto, dois postos de trabalho de Assistente Técnico em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo, e dois postos de trabalho de assistente operacional em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.11 - CONSTITUIÇÃO DOS JÚRIS PARA OS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 3.º GRAU

Pelo Presidente da Câmara foi presente o despacho de abertura de procedimentos concursais para dirigentes intermédios de 3.º grau, tendo em vista o provimento definitivo dos cargos dirigentes, entretanto exercidos em regime de substituição desde outubro de 2018, na sequência da reestruturação orgânica dos Serviços do Município da Figueira da Foz aprovada em sede de Assembleia Municipal de 27 de abril de 2018.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 18 de fevereiro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, e Partido Social Democrata Leila Fidalgo



Ferreira, sob proposta da Câmara e em cumprimento do disposto no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, duas abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra designar os júris de recrutamento dos procedimentos concursais para provimento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau, os quais terão a seguinte constituição:-----

1 - Chefe de Serviço de Património:-----
Presidente - Vítor Manuel Tavares da Silva Pereira, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças; Primeiro Vogal efetivo - José Alberto Arêde Negrão, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Cantanhede; Segundo Vogal efetivo - Ana Sofia Ruivo Canas, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos; Vogal suplente - Maria Manuel Rainho Ataíde das Neves, Chefe da Divisão de Urbanismo.-----

2 - Chefe de Serviço de Contratação Pública:-----
Presidente - Vítor Manuel Tavares da Silva Pereira, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças; Primeiro Vogal efetivo - Sérgio Emanuel Mamede Fernandes, Chefe da Divisão Financeira e de Aprovisionamento, da Câmara Municipal de Cantanhede; Segundo Vogal efetivo - Ana Sofia Ruivo Canas, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos; Vogal suplente - António Manuel André Paredes da Silva, Chefe da Divisão de Obras e Projetos Municipais. -

3 - Chefe de Serviço de Estudos e Projetos de Obras Públicas:-----
Presidente - António Carlos Albuquerque de Sousa, Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente; Primeiro Vogal efetivo - António Manuel André Paredes da Silva, Chefe da Divisão de Obras e Projetos Municipais; Segundo Vogal efetivo - Ana Sofia Ruivo Canas, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos; Vogal suplente - Valter Miguel Gaspar Rainho, Chefe da Divisão de Ambiente.-----

4 - Chefe de Serviço de Gestão da Frota Municipal, Logística e Apoio a Entidades Externas:-----
Presidente - António Manuel André Paredes da Silva, Chefe da Divisão de Obras e Projetos Municipais; Primeiro Vogal efetivo - Valter Miguel Gaspar Rainho, Chefe da Divisão de Ambiente; Segundo Vogal efetivo - Ana Sofia Ruivo Canas, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos.-----



5 - Chefe de Serviço de Planeamento:-----

Presidente - Maria Manuel Rainho Ataíde das Neves, Chefe da Divisão de Urbanismo; Primeiro Vogal efetivo - Ana Sofia Ruivo Canas, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos; Segundo Vogal efetivo - Ana Margarida Perrolas de Oliveira e Silva, Chefe da Divisão de Cultura.-----

6 - Chefe de Serviço de Reabilitação Urbana:-----

Presidente - Maria Manuel Rainho Ataíde das Neves, Chefe da Divisão de Urbanismo; Primeiro Vogal efetivo - Ana Sofia Ruivo Canas, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos; Segundo Vogal efetivo - Ana Margarida Perrolas de Oliveira e Silva, Chefe da Divisão de Cultura.-----

7 - Chefe de Serviço de Museu e Núcleos Museológicos:-----

Presidente - Ana Margarida Perrolas de Oliveira e Silva, Chefe da Divisão de Cultura; Primeiro Vogal efetivo - Ana Sofia Ruivo Canas, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos; Segundo Vogal efetivo - Emília Maria Pais da Silva Limede, Chefe do Serviço de Biblioteca e Arquivo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.12 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR PARA A EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DA FIGUEIRA DA FOZ - PARA CONHECIMENTO

Pelo Presidente da Câmara foi dado conhecimento do pedido de prorrogação do prazo para a elaboração do Plano de Pormenor para a Expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, por mais doze meses, com fundamento no facto de a execução da cartografia numérica vetorial e ortofotocartografia estar em curso e não se prever a sua conclusão antes do prazo previsto para a elaboração deste Plano de Pormenor.-----

Esta prorrogação do prazo, por mais doze meses foi aprovada em sede de reunião de Câmara de 21 de janeiro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, e Partido Social Democrata Leila Fidalgo Ferreira, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto no art.º 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, tomou conhecimento da prorrogação do prazo para a elaboração do Plano de Pormenor para a Expansão do Parque



Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, por mais doze meses, com fundamento no facto de a execução da cartografia numérica vetorial e ortofotocartografia estar em curso e não se prever a sua conclusão antes do prazo previsto para a elaboração deste Plano de Pormenor.-----

5.13 LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 20 DE DEZEMBRO DE 2017 - PARA CONHECIMENTO

Pela Subunidade Orgânica de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 28 de janeiro de 2019, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2017, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número sete à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 04 de fevereiro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, e Partido Social Democrata Leila Fidalgo Ferreira, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2017.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, e Partido Social Democrata Leila Fidalgo Ferreira, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 1 da Sessão Ordinária de 27-02-2019

e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.----